

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

- 1.1 – 9ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.2 – 40ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
- 1.3 – Comissões

### 2 – MANIFESTAÇÃO

### 3 – REQUERIMENTOS APROVADOS

### 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



**ATAS**

## ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/5/2021

### Presidência dos Deputados Agostinho Patrus e Charles Santos

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Arlen Santiago; aprovação – Orientações Gerais sobre a Reunião – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 314/2015; discursos dos deputados Bartô e Arlen Santiago; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.294/2015; aprovação com a Emenda nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.658/2015; discurso do deputado Arlen Santiago; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.454/2018; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 480/2019; requerimento do deputado Carlos Pimenta; votação nominal do requerimento; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 632/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 684/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 955/2019; encerramento da discussão; discurso do deputado Fernando Pacheco; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.243/2019; discurso do deputado Osvaldo Lopes; encerramento da discussão; votação nominal do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2019; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Declarações de Voto – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Agostinho Patrus – Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Carlos Henrique – Arlen Santiago – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Braulio Braz – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Cássio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal

Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Laura Serrano – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Osvaldo Lopes – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Raul Belém – Roberto Andrade – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Sávio Souza Cruz – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

### Abertura

O presidente (deputado Charles Santos) – Às 10h7min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

– O deputado Bernardo Mucida, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente – Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Bom dia, caros colegas. Eu gostaria de, nesta discussão da ata, colocar que hoje há dois projetos nossos em pauta. São projetos que visam... Um deles visa proteger o aluno de escola pública para ter... Alô! O aluno de escola pública... É o Projeto de Lei nº 314/2015. Ele é um projeto que tem como finalidade criar um cadastro de alunos de escolas públicas, de educação fundamental, média e superior, para que eles possam ter esse cadastro nos órgãos públicos, autarquias. Então o projeto está tramitando. Quero agradecer ao presidente sua colocação em pauta. Fui alertado pelo deputado Bartô a respeito de um substitutivo que foi colocado, e esse substitutivo pode dificultar a obtenção de vagas de estágios. Então, no art. 3º: das vagas ofertadas, nos termos dessa lei, 10% deverão ser destinadas a pessoas com deficiência que atendam aos requisitos estabelecidos no caput deste artigo. Eu fui alertado pelo deputado Bartô. Estive conversando com o nosso amigo Valcir, da Associação de Deficientes de Montes Claros, e uma das coisas em que há muitos problemas é a inserção da pessoa com alguma deficiência no mercado de trabalho e também aqui no estágio, porque, no momento em que as pessoas recebem algum Benefício de Prestação Continuada, muitas não têm interesse de entrar para o mercado formal de trabalho ou nisso aqui. De maneira que eu gostaria de pedir ao deputado Bartô que a gente pudesse votar esse projeto, em 1º turno – ele está aqui desde 2015, são sete anos trabalhando nele –, e aí, sem sombra de dúvida, eu assumo o compromisso de que, se a gente não discutir, não chegar a um consenso nisso aí, eu retiro o projeto de pauta. Da mesma maneira, o nosso projeto, o PL nº 2.658/2015. Eu fiz um projeto de lei proibido a cessão de servidores públicos municipais para órgãos públicos estaduais e federais, porque realmente estava virando uma farra do boi. O governo, principalmente o estadual, acaba não contratando as pessoas para prestar aquele serviço, e aí a prefeitura tem que ficar cedendo funcionários na Emater, nas delegacias, no fórum, no Ministério Público, em vários outros lugares, e isso onera muito: a questão dos servidores da prefeitura. Sabemos que um funcionário hoje, de salário mínimo, num mandato de quatro anos, com as obrigações sociais, com tudo, custa para a prefeitura, para o contribuinte, quase R\$80.000,00. Algumas prefeituras têm mais de 50 funcionários cedidos. Isso aí custa para o povo quase R\$4.000.000,00. Em contrapartida, o povo parece que teria uma melhor prestação de serviços, mas isso não é justo. O Estado teria de ressarcir por esse funcionário público. O Delegado Heli conversou comigo sobre o projeto. Parece que o Sargento Rodrigues está querendo colocar uma emenda. O que eu queria pedir ao Sargento Rodrigues é que, da mesma maneira que fizemos com o Bartô... O que nós queremos mais é o consenso, é a melhoria da prestação de serviços, mas que o Estado não fique explorando os municípios dessa maneira, porque um juiz pede funcionário, o Ministério Público pede funcionário, o delegado pede funcionário, e o que acontece? O prefeito fica sem coragem de negar. Aí ele deixa de prestar serviços para o município para prestar serviços que seriam obrigatoriedade dos órgãos ou dos Poderes. Então eu queria também pedir para que o Sargento Rodrigues avaliasse a

possibilidade de não colocar a emenda agora. A gente já vota no 1º turno, o Estado já fica sabendo que tem esse problema para ele resolver, porque nenhuma conversa deu certo até hoje, e nós só deixaremos entrar em pauta – com a nossa palavra de retirar o projeto – se por acaso as questões forem melhor debatidas. Muito obrigado a todos os senhores.

O presidente (deputado Agostinho Patrus) – Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

### **Orientações Gerais sobre a Reunião**

O presidente – A presidência esclarece que esta reunião será realizada de forma remota, nos termos da Deliberação da Mesa nº 2.762, modificada pela Deliberação da Mesa nº 2.763, ambas de 2021, observando-se as seguintes diretrizes:

- 1) As deputadas e os deputados deverão usar exclusivamente a plataforma Silegis para registro de presença, inclusive para recomposição de quórum;
- 2) Os parlamentares poderão discutir a proposição constante na pauta em fase de discussão, devendo, para tanto, efetuar inscrição exclusivamente pela plataforma Silegis;
- 3) As inscrições para discussão serão preservadas para as reuniões subsequentes até o encerramento da discussão;
- 4) Para fazer aparte na discussão, os parlamentares devem se manifestar pelo chat on line, escrevendo expressamente “aparte”;
- 5) Os parlamentares poderão encaminhar a votação das proposições constantes na pauta pelo prazo de 10 minutos. Para tanto, devem se inscrever exclusivamente pela plataforma Silegis. Não será admitido aparte no encaminhamento de votação, nos termos do inciso III do § 2º do art. 162 do Regimento Interno;
- 6) A matéria será submetida a votação pela plataforma Silegis;
- 7) Concluído o processo de votação, não será permitida retificação de voto;
- 8) Os parlamentares poderão fazer uso da palavra para declaração de voto, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 254 do Regimento Interno, devendo se inscrever exclusivamente na plataforma Silegis;
- 9) Será cancelada, nos termos do art. 245 do Regimento Interno, a inscrição do deputado que, chamado, não estiver online no sistema de comunicação remota utilizado pela Assembleia. Nesse caso, o deputado deverá se inscrever novamente se ainda quiser fazer uso da palavra;
- 10) Havendo problemas técnicos ou perda de conexão, a presidência passará ao próximo parlamentar inscrito e, assim que o deputado voltar a se conectar, ele será chamado para continuar seu pronunciamento pelo tempo que lhe restar, desde que ainda não tenha sido encerrada a respectiva fase.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 314/2015, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre o cadastramento para estágio dos alunos da rede pública do ensino médio estadual; altera o art. 8º da Lei 12.079/96, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Bartô.

O deputado Bartô – Obrigado, presidente. Como sempre, serei muito breve para não atrapalhar o andamento dos trabalhos.

Estive conversando com o deputado Arlen Santiago, a quem dou parabéns pelo projeto, que realmente é muito bom, pois amplia as condições para o aluno da escola pública conseguir estágios. Isso é sempre muito bom, porque o trabalho é que dignifica a pessoa. E a pessoa, já podendo fazer estágio no momento em que está na escola pública, começa a aprender, a partir dali, a realidade de como funcionam as coisas. Só existem três formas de se aprender: a primeira é estudando, a segunda é ensinando e a terceira é trabalhando. Então, por isso é muito bom o projeto, e dou os parabéns.

Porém, na Comissão de Educação, o relator colocou uma questão que torna obrigatória a existência de 10% de vagas para pessoas com deficiência. Nós achamos até muito louvável a intenção de realmente haver a inclusão dessas pessoas que têm problemas, que têm certa dificuldade, para que possam ser inseridas com maior efetividade na força de trabalho. Porém, o que chega para a gente no nosso gabinete – e também quando conversamos com a iniciativa privada – é que muitas das empresas que têm essa obrigação de contratar pessoas com deficiência não conseguem o número suficiente. Então, você pode imaginar, por exemplo: “Ah, são só 10% de vagas; então, vai perder uma vaga só”. Não, porque, se você não consegue suprir aqueles 10%, você não consegue preencher os 100%; ou seja, a cada 10 vagas, você precisa de uma pessoa. Se você tiver uma, você consegue contratar 10; se você tiver duas, você consegue contratar 20, mas, se você não tiver, não consegue contratar nenhuma. Sendo assim, a gente entrou com uma emenda para poder dar ênfase a essa questão, deixar essa questão em voga, mas como alternativa, e não como obrigatoriedade.

Já conversei com o Arlen aqui antes, que firmou o compromisso de que vai resolver essa questão até o 2º turno. Sendo assim, nós tiramos a emenda, mas deixamos o alerta para todos os colegas aqui sobre essa situação. Muito obrigado, presidente. Obrigado também, deputado Arlen Santiago. Um abraço a todos.

O presidente – Muito obrigado, deputado Bartô.

O deputado Bartô – É retiro a emenda, presidente. Por favor, está retirada a emenda.

O presidente – Favor retirar a emenda do deputado Bartô. Com a palavra, para discutir, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – As ponderações do deputado Bartô são perfeitamente justas. Como nós apresentamos esse projeto desde 2015, eu gostaria de priorizar realmente o pessoal da escola pública na questão dos estágios. Concordamos com a questão do Bartô. Eu só gostaria de pedir a ele – e com a aquiescência do nosso querido presidente Agostinho Patrus – que ele pudesse retirar a emenda para que possamos votar o projeto e irmos para o 2º turno (– Falha na transmissão do áudio.)

O presidente – Sim. O deputado Bartô já retirou a emenda.

O deputado Arlen Santiago – Para o 2º turno, somente discutindo. E peço ao Agostinho para só colocá-lo na pauta na hora em que a questão do Bartô tiver sido contemplada. Muito obrigado a todos.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) –

Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Irineu (PSL) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP).

– Registra “não”:

Guilherme da Cunha (Novo).

– Registra “branco”:

Bartô (Novo).

O presidente – Votaram “sim” 51 deputados. Votou “não” 1 deputado. Houve 1 voto em branco. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 314/2015 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.294/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Turvolândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Irineu (PSL) – Roberto Andrade (Avante) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 57 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças

(MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Irineu (PSL) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Tito Torres (PSDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 56 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.294/2015 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.658/2015, do deputado Arlen Santiago, que proíbe a cessão de servidores públicos municipais a associações, fundações, órgãos públicos estaduais e federais, autarquias e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago – Caro presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esse projeto tem em mente o absurdo de o Estado não ter os funcionários necessários para dar um bom andamento às suas funções. Então, a gente vê o Tribunal de Justiça requisitando funcionários, a gente vê o mesmo no Detran, nas delegacias de polícia, na Emater, no IEF, etc. Então o Estado arrecada as taxas, não cumpre a sua função e descarrega nas prefeituras o custo desses funcionários. Fazendo um cálculo aqui: um funcionário de salário mínimo, quatro anos numa prefeitura, custa quase R\$80.000,00 com salário, férias, 13º salário, obrigações sociais. Então, 10 funcionários são R\$800.000,00 em um mandato; 30 são R\$2.400.000,00. É muito dinheiro do município, que é a figura pobre. Então, nós entramos com esse projeto para que o Estado reveja isso e que seja realmente obrigado. Eu queria proibir as prefeituras de ceder, mas, como a Comissão de Justiça muito bem viu, a Assembleia não tem esse poder de legislar sobre as questões municipais, por isso apresentou o substitutivo, dizendo que o Estado fica proibido de receber esses funcionários.

Eu gostaria de pedir aos colegas para a gente votar em 1º turno, e aí, Sr. Presidente, ele ir para a Comissão de Administração Pública para que a gente possa discutir com calma lá, talvez por um tempo, modular um pouco e apresentar outro substitutivo que possa ser melhor. Fui alertado pelo pessoal, eles me mostraram uma emenda que o deputado Sargento Rodrigues está propondo. Eu acredito que ele tem que ser realmente mais bem-feito, agora, o que não pode é o Estado ficar onerando mais ainda os municípios. Era isso, Sr. Presidente.

O presidente – Não há outros oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição do dia 20/5/2021.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 1, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.454/2018, do deputado Fábio Avelar de Oliveira, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Araújo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocél (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano

Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Transporte.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 480/2019, do deputado Betão, que dispõe sobre a proibição de exigência de depósito para internação nos hospitais da rede privada do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do deputado Carlos Pimenta em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 480/2019 por 5 dias. A presidência vai submeter o requerimento a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o requerimento.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Inácio Franco (PV) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leonídio Bouças (MDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registram “não”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Beatriz Cerqueira (PT) – Betão (PT) – Doutor Jean Freire (PT) – Elismar Prado (Pros) – Ione Pinheiro (DEM) – Laura Serrano (Novo) – Marquinho Lemos (PT).

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Votaram “não” 9 deputados. Está aprovado o requerimento. Cumpra-se.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 632/2019, do deputado Coronel Henrique, que declara patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais o processo de fabricação do doce de leite Viçosa, produzido no Município de Viçosa. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registram “branco”:

Bartô (Novo) – Guilherme da Cunha (Novo) – Laura Serrano (Novo).

O presidente – Registre-se o voto “sim” da deputada Andréia de Jesus. Portanto, votaram “sim” 60 deputados. Houve 3 votos em branco. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 632/2019 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 684/2019, do deputado Carlos Henrique, que autoriza a Secretaria de Estado de Segurança Pública a facilitar a emissão de carteira de identidade para os alunos da rede estadual de ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Gustavo Valadares (PSDB) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – Laura Serrano (Novo) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registra “não”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT).



O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 684/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Segurança Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 955/2019, do deputado Fernando Pacheco, que confere ao Município de Cataguases o título de Capital Estadual da Produção Audiovisual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Fernando Pacheco.

O deputado Fernando Pacheco – Bom dia, presidente da Assembleia, Agostinho Patrus; bom dia a todos os deputados e deputadas presentes; e bom dia especial a todos que estão nos assistindo pela TV Assembleia. Eu quero, presidente, aproveitar este momento marcante para nós aqui, da nossa região, para encaminhar a votação, pedindo a todos os pares a aprovação porque se trata de um movimento que foi iniciado em 2002, um movimento social, da sociedade civil, em parceria com o terceiro setor; e hoje, em 2021, 19 anos depois, ele já arregimenta muitos recursos e muitas condições para a economia local. Eu costumo dizer que é a grande vanguarda, uma oportunidade para a economia dar o seu salto, sair do formato tradicional, só da produção material e industrial, e ir para a economia criativa. Dessa forma, o foco é todo voltado para a cultura, para a educação, para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento amplo de várias políticas públicas, e não só da econômica; mas a econômica também é presente e movimenta muitos recursos.

Na nossa região aqui, cujo polo é Cataguases, é rodada uma média de 10 filmes longas-metragens por ano; talvez não neste período agora, porque nós estamos em pandemia e isso tudo estacionou, não há produção, mas, ao longo desses anos, era em torno disso, e nós produzíamos filmes aqui; e filmes de muita importância, filmes que estão hoje no canal Netflix, como O Menino no Espelho, um filme que conta a história de Fernando Sabino, nosso grande escritor mineiro, que remonta à cidade de Belo Horizonte na década da sua infância e adolescência. Isso tudo foi filmado no interior, que é a grande alternativa para restaurarmos os cenários da época, do passado, que hoje, nas grandes cidades, quase não existem.

Então, através da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, capitaneada pela Mônica Botelho, foi criada a Fábrica do Futuro, que se tornou hoje esse polo audiovisual que abrange 67 cidades e tem uma produção de filmes e de audiovisual com animações, com o Festival Ver e Fazer Filmes. Aqui já teve também o Cineport, um festival de cinema da língua portuguesa que hoje acontece no Brasil e em Portugal simultaneamente. E o primeiro Cineport foi em Cataguases. Tem acontecido no Nordeste também. É muito relevante, para nós, dar destaque à nossa cidade e ao nosso estado com esse desenvolvimento, essa economia criativa, esse novo modelo sustentável que mexe com a economia da cidade inteira na área do cenário, na área do costume designer, que é a questão do figurino, não é? Muitos alunos participam dos filmes, e vêm aqui também muitos atores famosos, como o Mateus Solano e tantos outros.

Aqui também já foram rodados filmes como Meu pé de laranja lima e a história de Arrigo Barnabé. Então, nós estamos lidando com um novo movimento para um desenvolvimento sustentável que gera muito lucro e que gera muito emprego e renda também. É de grande importância para a classe artística nós estarmos denominando Cataguases a Capital Mineira do Polo Audiovisual e, por conseguinte, também fazendo Minas Gerais ser referência no audiovisual.

Muito obrigado a todos. Eu peço o voto a todos em apoio a esse projeto. Muito obrigado, presidente.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco

(Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Douglas Melo (MDB) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registram “branco”:

Bartô (Novo) – Guilherme da Cunha (Novo) – Laura Serrano (Novo).

O presidente – Votaram “sim” 61 deputados. Não houve voto contrário. Houve 3 votos em branco. Está aprovado o projeto, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registra “branco”:

Bartô (Novo).

O presidente – Votaram “sim” 62 deputados. Não houve voto contrário. Houve 1 voto em branco. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 955/2019 com a Emenda nº 1. À Comissão de Cultura.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2019, do deputado Leonídio Bouças, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Romaria o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Henrique (Republicanos) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Henrique (PSL) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Elismar Prado (Pros) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Léo Portela (PL) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 63 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.211/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.243/2019, do deputado Osvaldo Lopes, que dispõe sobre a garantia de disponibilização de alimento e água para os animais de rua pelos cidadãos, em espaços públicos, no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Osvaldo Lopes.

O deputado Osvaldo Lopes – Bom dia, ilustríssimo presidente e meus nobres pares. É motivo de muito orgulho hoje, pois o nosso primeiro projeto está sendo votado em Plenário, um projeto de grande importância para a causa animal. Quem me acompanha sabe da nossa luta em prol dessa causa. E, nesses momentos de pandemia, os animais também estão sofrendo muito, presidente. Nós estamos vendo um grande número de animais abandonados, sem contar os casos de maus-tratos, que cada vez mais tem-se amplificado no nosso estado e no nosso país.

Presidente, o projeto em questão foi uma solicitação de vários protetores representantes da sociedade civil de proteção animal de vários municípios do Estado. O que está acontecendo? As pessoas querem alimentar esses animais de rua, querem fazer os comedouros e os bebedouros com tubos de PVC, querem deixar as vasilhinhas com comida, ração e água para esses animais se alimentarem. O que ocorre é que muitos prefeitos estão sendo contrários a essa atitude e estão impedindo que os municípios alimentem os animais, que também são seres sencientes, ou seja, são seres que têm os mesmos sentimentos que o ser humano, sofrem violência, fome, sede, medo, dor e abandono. Então são seres que também precisam de nosso amparo, precisam de nosso cuidado. Por isso, eu peço aos meus nobres pares que me deem essa oportunidade de aprovar esse projeto, que é de extrema importância para os nossos animais de rua, está bom?

Um forte abraço, presidente. Obrigado pelo carinho. Um abraço a todos.

O presidente – Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Bartô (Novo) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) –

Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo, salvo emenda. Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio (PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Magalhães (MDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Marquinho Lemos (PT) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Roberto Andrade (Avante) – Rosângela Reis (Pode) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

– Registra “não”:

Guilherme da Cunha (Novo).

O presidente – Votaram “sim” 54 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.243/2019 com a Emenda nº 1. À Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.329/2019, da deputada Ione Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jaboatão de Guararapes o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT) – Ana Paula Siqueira (Rede) – André Quintão (PT) – Andréia de Jesus (Psol) – Arlen Santiago (PTB) – Arnaldo Silva (DEM) – Bartô (Novo) – Beatriz Cerqueira (PT) – Bernardo Mucida (PSB) – Betinho Pinto Coelho (Solidariedade) – Betão (PT) – Bosco (Avante) – Braulio Braz (PTB) – Bruno Engler (PRTB) – Carlos Pimenta (PDT) – Celinho Sintrocel (PCdoB) – Charles Santos (Republicanos) – Cleitinho Azevedo (Cidadania) – Coronel Sandro (PSL) – Cristiano Silveira (PT) – Cássio Soares (PSD) – Dalmo Ribeiro Silva (PSDB) – Delegada Sheila (PSL) – Delegado Heli Grilo (PSL) – Doorgal Andrada (Patri) – Doutor Jean Freire (PT) – Doutor Paulo (Patri) – Duarte Bechir (PSD) – Fernando Pacheco (PV) – Fábio Avelar de Oliveira (Avante) – Glaycon Franco (PV) – Guilherme da Cunha (Novo) – Gustavo Mitre (PSC) – Gustavo Santana (PL) – Hely Tarquínio

(PV) – Inácio Franco (PV) – Ione Pinheiro (DEM) – João Leite (PSDB) – João Vítor Xavier (Cidadania) – Laura Serrano (Novo) – Leandro Genaro (PSD) – Leonídio Bouças (MDB) – Mauro Tramonte (Republicanos) – Mário Henrique Caixa (PV) – Noraldino Júnior (PSC) – Osvaldo Lopes (PSD) – Professor Cleiton (PSB) – Professor Irineu (PSL) – Professor Wendel Mesquita (Solidariedade) – Raul Belém (PSC) – Rosângela Reis (Pode) – Sargento Rodrigues (PTB) – Sávio Souza Cruz (MDB) – Thiago Cota (MDB) – Ulysses Gomes (PT) – Virgílio Guimarães (PT) – Zé Guilherme (PP) – Zé Reis (Pode).

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.329/2019 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

#### **Declarações de Voto**

O deputado Carlos Pimenta – Sr. Presidente, meu caro Agostinho Patrus, eu estou muito feliz por termos avançado hoje, na parte da manhã, com a votação de vários projetos, projetos de parlamentares. Isso, para nós, é uma satisfação muito grande, porque, na verdade, a gente continua dando vazão ao processo legislativo que aqui está, que está ocorrendo. Nós temos aí centenas de projetos para serem apreciados. Mas eu gostaria, primeiro, de relatar um projeto do deputado e amigo Betão. É o Projeto de Lei nº 480/2019, através do qual o deputado Betão solicita a obrigatoriedade de manutenção de placas visíveis nos hospitais da rede privada do Estado de Minas Gerais, informando sobre a proibição de exigência de depósito de qualquer natureza, a fim de possibilitar os atendimentos em hospitais e clínicas particulares conveniados aos planos de saúde. O projeto do deputado Betão, o mérito dele é muito bom, porque ele garante que os consumidores que possuem plano de saúde não sejam obrigados a fazer depósito quando são internados em hospitais da rede privada. Por outro lado, eu solicitei que houvesse um adiamento de votação e de discussão desse projeto por dois motivos. Primeiro porque essa obrigação já existe. Todos os usuários, todo cidadão que possui plano de saúde... Não pode ser exigido desse cidadão qualquer tipo de depósito em caução para garantir um atendimento, uma internação, uma cirurgia por qualquer plano de saúde gerido pela Agência Nacional de Saúde – ANS. Isso já é lei, isso já existe. E é importante dizer que, ao se colocar uma placa dessa natureza, o usuário pode entender que quem está cobrando dele é o plano de saúde e, na verdade, não é; é o hospital. Qualquer denúncia à Agência Nacional de Saúde gera uma punição muito grande, inclusive em termos monetários, ao plano de saúde, que está numa situação absolutamente precária. Os planos de saúde estão passando por dificuldades principalmente durante essa pandemia. Quando o cidadão acha que tem um medicamento, um medicamento novo para o tratamento da Covid, um medicamento aprovado pela Anvisa, ele exige a aplicação desse medicamento – são medicamentos caríssimos, medicamentos que custam US\$1.000,00, US\$2.000,00 –, e os planos de saúde não têm como bancar esse tipo de tratamento, que, muitas vezes, o próprio SUS não fornece aos usuários do nosso país. Então, o plano de saúde hoje é responsável por 25% do atendimento da população brasileira. Eles fazem um trabalho muito grande em apoio suplementar ao Sistema Único de Saúde, e essa placa vai gerar confusão e vai gerar problemas maiores para os planos de saúde. Por outro lado, os hospitais estão passando por dificuldades muito grandes. Com essa pandemia, meu caro deputado Grilo, os hospitais... Por exemplo, eles têm 300 leitos: 100 são conveniados ao SUS para o tratamento da Covid, e os outros 200 ficam ociosos. Eles não podem internar pacientes para fazerem um tratamento, a não ser que seja uma urgência e emergência. Então, a situação é dramática, a situação é grave. Os hospitais estão quebrados e os planos de saúde estão passando por sérias dificuldades. Esse projeto do Betão é redundante, porque já há a proibição, e o cidadão que for cobrado tem que fazer uma denúncia ao plano de saúde e não à Agência Nacional de Saúde. Por quê? Porque, se fizer à agência, a multa vai para o plano de saúde, que já está passando por sérias dificuldades. Eu pedi o adiamento de discussão porque é um projeto que, para mim, não vai acrescentar nada à rede pública. Nós temos aqui a obrigação de legislar sobre o público; o privado, não. O privado tem o Procon, o privado tem o Ministério Público, o privado tem outras fontes a que se pode recorrer para garantir os seus direitos. Então, eu peço vênha ao professor, ao colega Betão; nós pedimos o adiamento da discussão. Eu gostaria que esse projeto, presidente, fosse discutido, inclusive, na Comissão de Saúde, porque ele não passou pela Comissão de Saúde, para a gente poder ter uma discussão maior e colocar uma visão técnica nesse projeto, que é muito, mas muito, é extremamente danoso aos planos de saúde. É claro que eles não

querem que os seus consumidores, que os seus clientes sejam lesados. O problema é do hospital. Se o hospital agiu de má-fé, ele tem que ser punido, e não os planos de saúde. Muito obrigado.

O deputado Fernando Pacheco – Presidente, agora eu venho fazer a declaração do voto e relevar gratidão à aprovação deste Projeto de Lei nº 955/2009, que confere ao Município de Cataguases o título de Capital Mineira da Produção Audiovisual. Eu quero aqui exaltar que não é por acaso essa situação. Humberto Mauro, filho de Volta Grande, cidade próxima daqui, mas que se radicou em Cataguases toda a sua vida, inclusive a vida profissional, fez mais de duzentos filmes. Isso há 100 anos, na década de 1920, 1930 para a frente. Então, já existiam as condicionantes, esse histórico de poder promover o que hoje se tornou a parte de produção audiovisual maior do nosso estado. Já foram rodados mais de trinta longas-metragens, de curta-metragens – eu nem sei o número, mas são muitos todos os anos. A gente vê que esse movimento, feito em parceria, feito com a sociedade civil, o terceiro setor e as fundações, foi bem sucedido, porque não houve a exclusividade de o governo ter que iniciar, até porque o poder público não tem como dar conta de tudo. E aí, a gente tem que ter esse mote para dar sequência a esse trabalho iniciado em 2002. Eu quero aqui exaltar todos os envolvidos, as cidades vizinhas, os recursos naturais que nós temos aqui e os intelectuais que ajudaram. A gente tem o Guilherme Fiúza, um diretor daí de Belo Horizonte, que fez o filme O menino no espelho aqui em Cataguases. Ele encontrou aqui, na cidade, os parâmetros para rodar o filme que era da década de 1930, de 1940, aí em Belo Horizonte. Então, isso tudo é história, mas, ao mesmo tempo, é economia, são recursos, é transformação, é o novo modelo que se instala para nós. Então, nós temos que dar sequência a isso, incentivando sim, fazendo políticas favoráveis para o desenvolvimento, sim, dessa economia criativa. A gente tem mais de R\$30.000.000,00 já movimentados aqui na nossa cidade. Houve festivais, como eu disse, internacionais; e há muita produção de filmes, de forma amadora e profissional também. Então estamos desenvolvendo a criatividade para mudar o panorama que a pandemia trouxe com um prejuízo, mas nós enxergamos que também pode ser uma oportunidade de retomada e de sustentabilidade, com um modelo muito mais circular, muito mais viável, muito mais sustentável. Eu quero exaltar aqui atores como Caco Ciocler; Mateus Solano; Dira Paes; Lília Cabral; Eduardo Dascar, um amigo meu, ator aqui de Cataguases, que também trabalha em vários filmes; e a Juliana Paes esteve aqui também rodando a história de José Arigó, esse notável mineiro de Congonhas, que tem uma história no filme Predestinado. Então, a gente tem muita bagagem para estar aqui desenvolvendo a economia criativa, o turismo, a culinária. Cataguases foi elencada junto com Belo Horizonte como as cidades criativas da Unesco. Infelizmente nós não ganhamos, mas Belo Horizonte ganhou pela culinária. A gente estava disputando com o audiovisual, mas em breve outras conquistas virão. Por isso e por tudo, presidente, o projeto de lei é tempestivo, é necessário e eu agradeço sua pauta. Espero que o governador o sancione porque isso é trazer os antigos e novos fundamentos para a economia de Minas Gerais, para a cultura ser preservada, para a educação ser estimulada e para a economia voltar aos bons tempos que Minas sempre teve como um dos estados mais ricos – e ainda é – da nossa Federação. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Fernando Pacheco, cumprimento V. Exa. pelo brilhante projeto apresentado e aprovado na manhã de hoje. Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente e Srs. Deputados que nos acompanham nesta sessão de hoje, primeiro quero parabenizar V. Exa. por mais esta sessão. V. Exa. tem pautado todos os projetos importantes e aqui nós temos vários votos, votos importantes, que estão mudando os costumes da população mineira. Mas eu não poderia deixar de passar, Sr. Presidente, um problema que está ocorrendo lá em Carmo do Paranaíba – não só em Carmo do Paranaíba, mas em toda Minas Gerais – com a Copasa. A vereadora Laura Melo, de Carmo do Paranaíba, nossa amiga, ligou-me falando: “Alencar, eu estou tentando resolver com a Copasa e não resolve. Nós estamos sem água. A água agora que chega pela entrada do manancial está com mau cheiro e a Copasa não resolve nada. Quando a gente chega aqui...”. Ô gente, nós estamos com problema com a Copasa em toda Minas Gerais! Nós temos um grupo de deputados, Sr. Presidente, e aí um deputado vira para o outro e diz assim: “Eu vou lá na Copasa hoje”. Aí o pessoal diz: “Vá com Deus”, só que não resolve nada. Infelizmente nós estamos com essa situação. Uma situação em Carmo do Paranaíba que não resolve o problema da água: a falta de água e o mau cheiro da água. A vereadora está assustada; é o primeiro mandato dela. Ela falou:

“Alencar, eu nunca pensei que ia passar por isso aqui e essas solicitações que nós estamos tendo”. Mas não é só lá. Eu vou para o Serro e o recolhimento de esgoto que existe lá dá mau cheiro muito grande. Nós reclamamos e conversamos. Eu falo “meu Serro” porque eu tenho a condição de ser majoritário do Serro. Há seis eleições, sete eleições que nós somos majoritários. Eu mil votos do Serro – eu tive 4 mil. Nosso companheiro Betinho, com o prefeito lá, que era o Guilherme, teve 380 votos. Então, eu tenho a responsabilidade de brigar pelo Serro porque eu sou deputado do Serro; eu sou do Serro. Eu não posso deixar, por exemplo, o problema de esgoto e de mau cheiro muito grande. Começaram a mexer. Aí o Nondas, o prefeito, teve que usar as máquinas lá para ajudar a Copasa. Será que a Copasa não entende que está na hora de ela trabalhar mais, arregaçar a manga, pegar no pesado, Sr. Presidente? Infelizmente é o que está acontecendo em Minas Gerais inteira. E por falar em Serro, eu falei aqui as mudanças que estão ocorrendo na administração do Nondas. Nós temos que tirar o chapéu. Até hoje... Eu vou repetir mais uma vez. O Serro, de novo, vai ser um, antes do Nondas, e uma cidade muito melhor para se investir e para se morar, depois do Nondas. Então, o prefeito tem que ajudar. Eu estou vendo hoje os companheiros falarem: “A gente ia ao prefeito, tem que dar dinheiro para o juiz, para a segurança pública, e as contas ficam todas para o prefeito pagar”. Hoje está acontecendo isso também dentro da Copasa. Até maquinário da prefeitura, para ajudar a Copasa a resolver seus problemas, eles estão tendo que passar. Então, fica aqui o meu apelo para a gente ver. Será que estão tentando sucatear a Copasa para melhorar ou para a gente privatizar? Vamos sucatear para privatizar – isso não pode, Sr. Presidente. Uma empresa igual a Copasa não pode deixar fazer o que estão fazendo com ela. Fica aqui o meu protesto nesta manhã de votação. Eu quero mandar também para a cidade de Virginópolis, lembrar que o nosso amigo Carlos Coelho – por falar em Coelho, tem Coelho e América no próximo domingo. Os atleticanos vão preparando o lombo que o coro vai comer –, que é um vereador atuante, solicitou várias emendas, várias benfeitorias para a cidade. Eu quero mandar um abraço para o pessoal de Virginópolis e deixar bem claro que nós estamos trabalhando ao lado do Carlos e podem ter certeza de que nós vamos atender às suas reivindicações. Essa pandemia tem que acabar, não é, presidente? Tem que acabar e eu estou vendo uma luz no fim do túnel agora, com a vacinação. Temos é que pedir para continuar. E por falar em vacinação, o comércio de Itabirito está pedindo a colaboração de toda a cidade e de todos. Está na hora de começar a vacinar o comércio, começar a vacinar quem está trabalhando. Vamos ter os grupos prioritários, mas, presidente, o comércio não pode parar. Se não voltar o comércio com urgência, nós vamos acabar com o Brasil. Um abraço.

O deputado Betão – Obrigado, presidente. Um bom dia a todos e todas. Eu queria, presidente, dirigir-me ao deputado Carlos Pimenta. Ele tem razão. A lei do nosso projeto que trata sobre caução nos hospitais privados é uma lei já regulamentada, está vigente desde 2012, que não permite que seja exigido o caução. No entanto, chegou ao nosso conhecimento, ainda quando eu era vereador em Juiz de Fora, hospitais e clínicas cobrando um caução, principalmente nos procedimentos de partos. Então, nosso projeto é muito simples: que os hospitais exibam uma placa com essa lei da Agência Nacional de Saúde, que não permite a cobrança do caução, para que a população seja informada, aquela população que consegue ou tem direito a um plano de saúde privado. Então, é uma lei muito simples, não vejo problema de a votação ser adiada. Eu quero fazer mais um estudo do projeto de lei, mas depois retornaremos, faremos uma inscrição quando ele voltar e encaminharemos favoravelmente ao projeto, projeto esse que já foi aprovado também no Município de Juiz de Fora. Eu desconheço essa orientação de que nós não podemos fazer leis dirigidas à iniciativa privada. Nós já fizemos isso aqui no Município de Juiz de Fora. Então, Sr. Presidente, são rápidas as palavras. Eu agradeço a possibilidade. Obrigado.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, o presidente encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

**ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 19/5/2021****Presidência do Deputado Antonio Carlos Arantes**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 2.695, 2.697, 2.701 e 2.714/2021; Requerimentos nºs 8.005 a 8.010, 8.012, 8.014, 8.015, 8.017 a 8.019, 8.021 a 8.025 e 8.027 a 8.033/2021 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Agropecuária, de Assuntos Municipais e de Educação – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Douglas Melo, Virgílio Guimarães, Carlos Henrique, Bosco e Cleitinho Azevedo – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Questões de Ordem – Encerramento – Ordem do Dia.

**Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Antonio Carlos Arantes – Doutor Jean Freire – Carlos Henrique – André Quintão – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betão – Betinho Pinto Coelho – Bosco – Bruno Engler – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Cleitinho Azevedo – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegada Sheila – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Paulo – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Magalhães – Laura Serrano – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Thiago Cota – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

**Abertura**

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Celinho Sintrocel, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Carlos Henrique, 2º-secretário, nas funções de 1º-secretário, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Da Diretoria de Relações Institucionais da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização encaminhando parecer elaborado pela consultoria dessa empresa manifestando sua posição contrária à aprovação do Projeto de Lei nº 810/2019. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Sr. Julvan Lacerda, presidente da Associação Mineira de Municípios, encaminhando reivindicações dos gestores municipais endereçadas ao Executivo e ao Legislativo, colhidas em reunião da associação em 29/4/2021. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)



Do Sr. Marco Túlio Maciel Pinheiro, presidente do Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região – Minas Gerais, apresentando, em nome desse conselho, manifestação de pesar pelo falecimento do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Do Sr. Maurício Gonçalves Nazaré, vice-presidente da FCDL-MG Regional Centro-Oeste, presidente da CDL Itaúna e vice-presidente da ACE Itaúna, encaminhando medidas a serem adotadas para auxiliar o ambiente de negócios das micro, pequenas e médias empresas no Estado. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Do Sr. Otávio Martins Maia, diretor-presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.008/2019, da Comissão de Participação Popular. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

## 2ª Fase (Grande Expediente)

### Apresentação de Proposições

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 2.695/2021

Altera a Lei nº 11.405, de 1994 (Dispõe sobre a política estadual de desenvolvimento agrícola) para prever que o sistema de ensino do Estado deverá abordar, na educação básica, conteúdos e materiais didáticos que informem a relevância da atividade agropecuária de Minas Gerais e do Brasil.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica acrescentado ao art. 3º da Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, o seguinte parágrafo:

“Art. 3º – (...)

Parágrafo único – Para fins do cumprimento do disposto no inciso IV do caput, o sistema de ensino do Estado deverá abordar, na educação básica, conteúdos e materiais didáticos que informem a relevância da atividade agropecuária de Minas Gerais e do Brasil, incluindo suas virtudes e vantagens históricas e atuais.”.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de maio de 2021.

Coronel Henrique (PSL)

**Justificação:** Nos últimos dez anos o Brasil tem-se destacado como um dos maiores produtores mundiais de grãos e carnes e chegou a consolidar a sua posição de potência exportadora nos mercados internacionais de soja, açúcar, produtos animais e frutas. O destaque foi conquistado com grandes esforços dos diversos setores do agronegócio, em especial dos produtores e pesquisadores, responsáveis pelo impressionante crescimento da produtividade da agropecuária. Se um longo caminho foi percorrido nos últimos tempos para dar maior eficiência ao campo, outro ainda longo está à frente.

Infelizmente os conteúdos e os materiais didáticos amplamente utilizados na educação básica não tem se atualizado em relação à importância da Agropecuária para o Estado e o país e tratam o tema na grande maioria das vezes de forma negativa (escravização nos engenhos), pejorativa (o agricultor é relatado como o “caipira ignorante”), criando uma imagem negativa e errônea do produtor rural e dos produtos brasileiros, com acusações de desrespeito ao meio ambiente, à legislação trabalhista ou às exigências

de bem-estar dos animais. É recorrente no material didático a ideia de que a competitividade do agronegócio resulta da exploração da mão-de-obra ou da destruição de recursos naturais. Não se pretende de maneira alguma ocultar esses dados, os fatos negativos da produção agropecuária do país com certeza devem ser apresentados aos estudantes mineiros, o que defendemos é a inclusão também dos fatos positivos e das virtudes da agropecuária brasileira, o relato e análises objetivas da realidade.

A importância de relatar essa realidade nos livros didáticos e nos conteúdos da educação básica é representada pelos números do setor agropecuário no estado. De acordo com o IBGE, o último censo revelou que em Minas Gerais existem 607,5 mil estabelecimentos agropecuários, quase 12% do total do país. São mais de 1,8 milhão de pessoas ocupadas nestes estabelecimentos e que fazem o estado líder nacional na produção de café, leite, batata, morango e alho. Minas Gerais também ocupa o segundo lugar na produção de laranja e feijão, além do terceiro na produção de cana-de-açúcar, abacaxi, cebola e banana. O estado também se destaca na produção de carnes, milho, florestas plantadas, queijos e diversos outros itens que fazem parte da variada produção rural mineira.

O trabalho do produtor rural tem grande peso na economia de Minas Gerais. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, o PIB do agronegócio mineiro cresceu 5,12% no ano passado e representa 36% do PIB estadual. A agricultura familiar também tem papel relevante em Minas Gerais. O último Censo Agropecuário do IBGE mostrou que este segmento representa 73% dos estabelecimentos agropecuários do estado. A importância do trabalho dos produtores rurais para a população ficou evidente durante a pandemia da Covid-19. Enquanto muitos setores, principalmente nos centros urbanos, tiveram que reduzir o ritmo das atividades, a produção no meio rural não parou. O trabalho no campo garantiu o abastecimento em todo o estado, com oferta regular de alimentos nos supermercados, sacolões e centros de distribuição.

Além da garantia do abastecimento no mercado interno, o agronegócio mineiro também teve força suficiente para garantir o aumento das exportações. Somente nos primeiros cinco meses de 2020, as vendas do setor para o mercado internacional somaram US\$ 3,45 bilhões, um crescimento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O agronegócio respondeu por 33,6% das exportações totais do estado, no período de janeiro a maio de 2020, o que demonstra a importância da agropecuária para Minas Gerais e o Brasil.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2.697/2021

Obriga as unidades de saúde da rede pública e privada a garantir os direitos de mulheres que sofram perda gestacional e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam as unidades de saúde da rede pública e privada do Estado de Minas Gerais obrigadas a assegurar os direitos das mulheres que sofram perda gestacional, nos termos desta lei.

Parágrafo único – Considera-se perda gestacional toda e qualquer situação que leve ao óbito fetal, morte neonatal ou interrupção médica da gestação legalmente autorizada.

Art. 2º – São direitos garantidos às mulheres que sofram perda gestacional:

I – ser acompanhada por pessoa de sua livre escolha;

II – ser acompanhada por doula ou enfermeira obstétrica do quadro funcional da unidade de saúde, sem prejuízo do direito a que se refere o inciso I;

III – ser informada sobre o procedimento médico a ser adotado;

IV – não ser submetida a nenhum procedimento sem que haja necessidade clínica fundamentada em evidência científica;

V – não ser submetida a nenhum procedimento ou exame sem que haja o seu livre e expresso consentimento;

VI – não ser constrangida a permanecer em silêncio ou impedida de expressar suas emoções e sensações;

VII – escolher manter contato pele a pele imediatamente após o nascimento, em caso de natimorto, desde que preservada a saúde da mulher;

VIII – permanecer no pré-parto e no pós-parto imediato, em enfermaria separada das demais pacientes que não sofreram perda gestacional;

IX – ser respeitado o tempo para o luto da mãe e seu acompanhante, bem como para a despedida do bebê;

X – ser acompanhada clinicamente por profissional da psicologia.

Art. 3º – É dever das unidades de saúde informar às mulheres que sofram perda gestacional sobre o direito estabelecido no art. 2º desta lei.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2021.

Ione Pinheiro, vice-líder do Bloco Minas são Muitas (DEM).

**Justificação:** O presente Projeto de Lei visa obrigar as unidades de saúde da rede pública e privada, assegurar os direitos das mulheres que sofrem perda gestacional, preservar a saúde física e principalmente psicológica nas unidades de saúde da rede pública e privada do nosso Estado.

A área da saúde materna e obstetrícia acolhe situações de perdas sendo uma dessas situações o aborto espontâneo que interrompe de forma inesperada o curso da gravidez. A perda de uma gravidez desejada, implica várias perdas tais como a da maternidade, da autoestima, da pessoa amada e de um futuro antecipado imaginado.

A perda gestacional é a complicação mais comum da gestação e não está associada somente a morbidade física ou alta mortalidade, mas com repercussões sociais e psicológicas importantes à família. É definida como a remoção do embrião ou do feto antes de atingir a viabilidade podendo ser um evento único isolado ou recorrente.

Muitas são as causas de perda gestacional, entre elas a deficiência de progesterona, e outras alterações hormonais como diabetes mellitus, doenças da tireoide e síndrome dos ovários policísticos. Infecções maternas como rubéola, parvovirose, herpes simples, hepatite B, HIV, infecção do trato urinário, sífilis, toxoplasmose, malária, clamídia, gonococo, estreptococos do grupo B no trato genital inferior, e várias outras, já foram citadas como responsáveis por perdas gestacionais.

Diante de uma perda gestacional é importante identificar a causa, não só para esclarecimento dos pais, mas também para o planejamento de futura gestação. Isso permitirá um melhor suporte psicológico e assistência pré-natal adequada e especializada obtendo melhores resultados.

A perda gestacional ou neonatal é um dos lutos mais complexos e de menor validação social. A efemeridade da vida e a proximidade da morte em qualquer momento do ciclo vital expõe a fragilidade do ser humano. E com toda essa contradição e sentimentos confusos temos inúmeros pais sendo negligenciados em suas dores.

Sonhos que muitas vezes são construídos antes mesmo da concepção. Luto que poderá ser vivido no isolamento, sem expressão, podendo gerar complicadores e até mesmo um processo mais complicado.

Sentimentos de fracasso e culpa são comuns. A dificuldade de validar essa nova identidade socialmente - pais de um filho morto, pode ser grande, o que dificulta a expressão dessa dor. Nesse momento, vale ressaltar a importância do acolhimento emocional. Mostrar aos casais que emoções como tristeza, frustração e choque são absolutamente normais e esperadas diante desta perda. Falar

com pessoas que tiveram experiência semelhante, participar de grupos ou buscar ajuda especializada são formas de expressar esses sentimentos e dar vazão a essa dor.

O projeto se revela OPORTUNO quanto a POLÍTICA de atendimento a SAÚDE DA MULHER, especialmente nesse MOMENTO de pandemia, e, quando ocorre a PERDA GESTACIONAL.

É uma realidade que ocorre (cada um de nós tem exemplo que nos é contado ou que ficamos, por outra forma de informação, sabendo).

O referido PROJETO já tem similar apresentado pelo Deputado Marçal Filho do Mato Grosso do Sul (Projeto de Lei nº 40/2021).

É legítima a propositura desta matéria, não havendo óbice ou vício de iniciativa no presente projeto de lei.

Diante de todo o exposto, considerando a importância da medida proposta, conto com o apoio e voto favorável dos nobres pares para sua aprovação.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado João Leite. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 2.497/2021, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 2.701/2021

Autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Montes Claros, a área de terreno que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao Município de Montes Claros, a área de terreno medindo 3.780,00 m<sup>2</sup>, (Três mil, setecentos e oitenta metros quadrados) situada entre as ruas 22, 11 e 23, do bairro Jardim Morada do Sol, nesta cidade.

Art. 2º – A área de terreno, descrita no artigo anterior, tem a seguinte descrição: “Partindo do ponto situado na interseção dos alinhamentos das ruas 22 e rua 11, segue pelo alinhamento da rua 11, numa distância de 60,00 m; daí, deflete à direita, segue numa distância 63,00 m; daí, deflete à direita, segue numa distância de 60,00 m; daí, deflete à direita, segue pelo alinhamento da rua 22, numa distância de 63,00 m, culminando no ponto que originou este perímetro”.

Art. 3º – A presente reversão tem por objetivo a construção de uma praça em benefício à comunidade.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 13 de maio de 2021.

Carlos Pimenta (PDT)

**Justificação:** A área de terreno, objeto deste projeto de lei, havia sido doado pelo município de Montes Claros ao Estado de Minas Gerais há cerca de 30 anos para a construção de um prédio escolar. Como nada foi feito neste sentido e a área continua ociosa, a Prefeitura local requer a reversão para a construção de uma praça em benefício dos moradores do bairro Morada do Sol.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 2.714/2021**

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Peçanha o imóvel com área de 260 m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta metros quadrados), e respectivas benfeitorias, situado na Praça Prefeito Manoel de Oliveira Braga, nº 234 (antiga Praça Simão Carlos Pereira), Centro, Peçanha, no Município de Peçanha, e registrado sob o nº 66.333.208.432.522, a fls. 23 do Livro 3-C, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Guanhães.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* deste artigo destina-se à instalação de órgãos municipais.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de 3 anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reuniões, 18 de maio de 2021.

Agostinho Patrus – PV

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**REQUERIMENTOS**

Nº 8.005/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os servidores das chamadas Comissões Volantes do Instituto de Identificação de Minas Gerais pelas importantes ações na emissão de carteiras de identidade, atestados, pareceres técnicos, pesquisas, alvarás e outras entregas e atividades. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.006/2021, do deputado Gustavo Mitre, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Aparecida Rabelo de Mesquita, ocorrido em 11/5/2021, e de Salvador de Mesquita, ex-prefeito de Campos Gerais, ocorrido em 9/5/2021. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 8.007/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Bruno Covas, prefeito de São Paulo, ocorrido em 16/5/2021, nessa cidade. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 8.008/2021, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as medidas já implementadas para o cumprimento do disposto na Lei Federal nº 13.977, de 2020, que cria a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Cíptea –, especialmente quanto à emissão desse documento de identificação. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.009/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ibirité pedido de providências com vistas à abertura de diálogo e negociação com todas as famílias que estão com processo de ocupação na Prefeitura pleiteando o cumprimento do acordo firmado que trata da luta por moradia digna.

Nº 8.010/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Passos e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja elaborado e implementado um plano de ação para a vacinação dos adolescentes e funcionários do Centro Socioeducativo do Município de Passos, haja vista a denúncia de que 22 adolescentes e 8 servidores da unidade estão acometidos de covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.012/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre os danos ambientais provocados no Município de Santa Bárbara, bem como as ações que estão sendo adotadas pelo

Estado, tendo em vista o vazamento ocorrido na planta da mineradora AngloGold Ashanti na mina Córrego do Sítio, que atingiu o Rio Conceição, no referido município. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.014/2021, da deputada Rosângela Reis, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de providências para que seja debatido com a 12ª Vara Federal, assim como com o Comitê Interfederativo – CIF –, a destinação dos recursos depositados em juízo pelas empresas mantenedoras da Fundação Renova, a título de verba compensatória, aos municípios atingidos pelo trágico rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia de covid-19, medicamentos, insumos, equipamentos e promover a estruturação na área da saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.015/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram da operação realizada em 13/5/2021, no Aglomerado Mãe dos Pobres, em Ribeirão das Neves, que resultou na prisão de duas pessoas e na apreensão de armas, munições, drogas, quantia em dinheiro, 7.000 pinos plásticos para dolagem e duas balanças de precisão. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.016/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente desta Casa pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de ferramenta que permita a integração de sistemas eletrônicos de informações como forma de assegurar economicidade, celeridade e transparência aos processos. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.017/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos Poderes Executivo e Judiciário do Estado pedido de providências com vistas ao desenvolvimento de ferramenta que permita a integração de sistemas eletrônicos de informações como forma de assegurar economicidade, celeridade e transparência aos processos. (– À Comissão de Administração Pública.)

Nº 8.018/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias à garantia dos direitos básicos dos policiais militares lotados no Município de Grupiara, entre eles o direito à moradia e ao ambiente de trabalho adequado, uma vez que, conforme registro fotográfico, falta-lhes a mínima infraestrutura na sede do destacamento e nas casas funcionais, que se encontram em péssimo estado de conservação.

Nº 8.019/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais e bombeiros militares que atuaram, de forma brilhante, na ocorrência, em 3/5/2019, no Município de Tupaciguara, na qual, em um ato de coragem e agilidade, efetuaram o salvamento de um homem e três cachorros, durante um incêndio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.021/2021, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Cel. PM Rodrigo de Faria Mendes, comandante da 8ª Região da Polícia Militar, o Maj. PM Rúbio Ricardo Moreira Xavier, subcomandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, o Cap. PM Thiago Emanuel de Souza, chefe da Agência de Inteligência da 8ª Região da Polícia Militar, o 1º-Ten. PM Fabiano Marinho dos Santos, comandante da 160ª Companhia da Polícia Militar, o Ten. PM Madson de Souza Soares, comandante da 134ª Companhia – Tático Móvel, o 1º-Ten. PM Alex Gomes de Souza, o 2º-Sgt. PM Adriano de Almeida Santos, 2º-Sgt. PM José Pereira Damaceno, o 2º-Sgt. PM Diego Costa Pereira, o 2º-Sgt. PM Anderson Charles Alves da Silva, o 2º-Sgt. PM Jaime Silvério Mendes, o Cb. PM Alessandro Braga de Almeida, o Cb. PM Vanderci Campos Pereira, o Cb. PM Rodrigo Pereira da Cruz, o Cb. PM Marcelo Ribeiro Jorge, o Cb. PM Fabiano Alves de Souza, o Cb. PM Joabe Kryster Barbosa e o Cb. PM Emanuel Sodrê Ramos pela operação que resultou na prisão de uma quadrilha que assaltou um motorista na MGC-451, em Governador Valadares, e na apreensão, em imóveis dos envolvidos, de quantia em dinheiro, cartuchos deflagrados e pedras semipreciosas.

Nº 8.022/2021, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja formulado voto de congratulações com os servidores da Delegacia de Polícia Civil de Lavras pelo impecável exercício da profissão que lhes foi confiada, atuando com dedicação e

competência como servidores públicos mineiros e consagrando ainda mais a imagem da renomada instituição titular do exercício da polícia judiciária, promovendo a segurança pública para o eficaz exercício dos direitos dos cidadãos mineiros, em especial pela atuação diante dos crimes cometidos contra o patrimônio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.023/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Rhany Mercês, ativista gorda e afrotransfeminista, que lutava de forma incansável pelas mulheres, as lgbtiqa+, os negros, os indígenas, as classes trabalhadoras, bem como pelas trabalhadoras do sexo, ocorrido em 13/5/2021, por complicações da covid-19.

Nº 8.024/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para a implementação da regulamentação da Lei nº 23.780, de 2021, que institui a Política Estadual de Atenção a Gestantes, Puérperas e Crianças em Situação de Vulnerabilidade e Riscos Social e Pessoal.

Nº 8.025/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de providências para apoiar, no âmbito de suas competências, a implantação do Centro de Referência à Mulher no Município de Montes Claros, como forma de incrementar as ações de prevenção e enfrentamento da violência contra esse público na região.

Nº 8.027/2021, do deputado Cleitinho Azevedo, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Saúde, ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências para que os cuidadores de idosos ou de pessoas com deficiência possam comprovar o vínculo de trabalho para fins de vacinação prioritária contra a covid-19, sem que seja necessária a apresentação do registro da carteira de trabalho, sendo admitidos, para tanto, os meios de comprovação recomendados pela Nota Técnica 2/2021, do Ministério Público do Trabalho. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.028/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade e ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as obras de recapeamento do piso da MG-111, em especial no trecho compreendido entre Ipanema e Manhuaçu, e, se o trecho indicado ou outro da rodovia já estiver contemplado em plano ou edital de recapeamento, que sejam detalhadas informações sobre os procedimentos adotados ou que serão adotados, bem como a previsão de tempo para início e conclusão das obras. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.029/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – e ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências com vistas à realização de obras de recapeamento do piso da MG-111, em especial no trecho compreendido entre Ipanema e Manhuaçu. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 8.030/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a inclusão dos servidores do Hemominas, bem como todos os trabalhadores terceirizados a seu serviço, no Plano de Imunização contra a Covid-19, especificando-se em que estágio (fase do cronograma) eles estão incluídos para ser vacinados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 8.031/2021, do deputado André Quintão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para a inclusão dos servidores do Hemominas, bem como todos os trabalhadores terceirizados a seu serviço, no Plano de Imunização contra a Covid-19. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 8.032/2021, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da operação, em 13/5/2021, no Município de Juiz de Fora, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de 3.600kg de maconha, 140kg de cocaína, 100kg de *skunk*, duas espingardas calibre 12, duas pistolas, 10 mil comprimidos de *ecstasy* e um veículo. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 8.033/2021, da deputada Andréia de Jesus, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que priorize a vacinação de lactantes contra a covid-19 em Minas Gerais. (– À Comissão de Saúde.)

### Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Agropecuária, de Assuntos Municipais e de Educação.

### Oradores Inscritos

O deputado Douglas Melo – Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os colegas que nos acompanham pela TV Assembleia e ao povo mineiro. Para a gente, é um grande orgulho estar aqui, nesta tarde, primeiro, para falar de uma entrega que nós fizemos nesta semana para a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Deputado Arantes, foi um pedido da divisão de antifraudes, e nós tivemos a oportunidade de entregar o primeiro laboratório da divisão de antifraudes aqui do Estado de Minas Gerais, um laboratório que vai combater principalmente a lavagem de dinheiro.

Para se ter uma ideia, deputado Cleitinho, o senhor que é tão atuante nessa luta pela fiscalização, esse laboratório consegue quebrar imediatamente grandes quadrilhas, tanto na fraude como também essas quadrilhas que trabalham no crime da corrupção, e isso vai ser muito importante. Foram investidos ali o valor de R\$530.000,00. Esse laboratório vai ser conduzido pela antifraude, do Dr. Agnelo, também do Dr. Domiciano e de todos os membros da Polícia Civil. Vai atender os 22 milhões de mineiros, os 853 municípios, e, sem dúvida, nos deixa muito feliz.

Eu quero aqui, nesta oportunidade, agradecer ao deputado presidente da nossa Casa, Agostinho Patrus, a parceria. Sem dúvida, isso também foi possível graças a essa parceria com ele. Acredito que, dentro de um ano, quando nós tivermos o balanço da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais do que esse laboratório representou na luta contra a corrupção, o governo do Estado inclusive vai poder sentir o quanto a Polícia Civil bem amparada, estando com uma estrutura digna, será importante também até para a arrecadação e também para diminuir a evasão de receitas aqui do Estado de Minas Gerais.

Eu escuto algumas pessoas que, distantes, acompanham a segurança pública dizerem que o investimento na segurança é caro. Eu não acredito que seja um investimento caro pelo que a segurança pública traz de retorno para o cidadão de bem. E quando me foi solicitado esse recurso, inclusive pelos policiais da divisão de antifraudes, eu não tinha a noção do quanto ele era importante - a forma como nos foi apresentado pelo Dr. Jonas. Ele nos dizia, nesta segunda-feira, quando nós inaugurávamos esse laboratório, o quanto o trabalho da Polícia Civil agora é mais rápido. Por exemplo: lá na tela, ele tinha uma demonstração; aqueles que estão sendo investigados não podem ter a identidade divulgada, mas ele pôde ali ter uma simulação como se fosse uma investigação sobre o atentado nos Estados Unidos. E ele dizia que esse laboratório, deputado Cleitinho, conseguia ligar todos os investigados a uma só pessoa; e essa investigação levaria ao Osama bin Laden. E agora Minas Gerais, com um laboratório como esse, um Estado gigante, com mais de 22 milhões de mineiros, com muitos municípios – 853... Isso vai ajudar muito a Polícia Civil, principalmente porque não se tem efetivo para estar em todos esses municípios da forma que a Polícia Civil deseja. Então eu quero aqui agradecer essa parceria com a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e dizer da nossa alegria por ter destinado esse recurso e já ter sido entregue esse laboratório para a divisão de antifraudes, laboratório que vai identificar crimes de corrupção e também de lavagem de dinheiro.

E quero falar também de um projeto de lei que nós apresentamos aqui, nesta Casa. Nós estamos na semana de combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes e estamos acompanhando, em todo o Brasil, o quanto esses números da violência contra a criança têm-nos assustado. Talvez o caso do garoto Henry tenha sido o mais emblemático nos últimos meses, mas, todos os dias praticamente, nós temos crimes que estão sendo divulgados pela grande imprensa, crimes contra crianças que têm nos assustado. E, ao fazer os nossos estudos, contatos, inclusive com pessoas ligadas à segurança pública, constatamos, Sr. Presidente, que mesmo que haja a boa vontade das instituições em amparar essas crianças, em defendê-las, ainda assim o sistema para detecção de um crime contra criança é muito frágil; até porque, no caso do garoto Henry, por exemplo, a babá avisou à mãe que esse garoto vinha sendo



agredido pelo Dr. Jairinho, que inclusive é vereador do Rio de Janeiro, mas a mãe não tomou providência. Então o que poderia fazer com que a própria criança contasse para outras pessoas sobre esse crime que ela vinha sofrendo? E isso vem acontecendo em outras casas. Às vezes o parceiro ou a parceira não acredita que realmente aquela violência está acontecendo, e essa criança fica desamparada.

Foi aí que nós apresentamos aqui, nesta Casa, o Projeto de Lei nº 2.685, um projeto que é muito importante e que vai ao encontro da realidade que é nua e fria hoje no Brasil: a violência que essas crianças vêm sofrendo. E qual é o primeiro passo desse projeto? Primeiro: fazer com que o governo do Estado invista na mídia, todos os anos – aquilo que for investido –, em publicidade, em divulgação para incentivar essas crianças a terem a coragem de divulgar maus tratos. O que nós temos observado, principalmente falando com educadores? Muitas crianças falam com esses educadores, nas escolas, que vêm sofrendo algum tipo de violência, e aí os professores, professoras podem ali procurar o Conselho Tutelar. Mas, e quando isso não acontece, principalmente neste momento em que nós estamos passando pela pandemia e as crianças estão em casa? Então a nossa intenção é que, com a ajuda tanto de educadores, quanto de psicólogos, de pessoas que realmente entendam melhor o sentido dessas crianças, nós possamos criar ali mídias educativas, mas mídias também que incentivem essas crianças, que as ensinem a procurar por parentes próximos, ou mesmo a ligar para a polícia e denunciar aquilo que elas vêm sofrendo. Essa é uma das ações preventivas que nós temos. Sempre queremos aliar, esse é um projeto de segurança pública – de certa forma ele é –, mas também de educação.

Não vejo esse projeto caminhando com uma forma de sucesso se não for em parceria também com a educação, porque a criança tem que ser educada não somente para respeitar quem está dentro de casa, mas também para entender qual é o limite daquilo sobre o qual ela vem sendo corrigida ou do que é uma agressão.

Tive a oportunidade, no ano passado, de me tornar amigo de uma delegada, em Sete Lagoas, Dra. Stefânia, que realiza um trabalho excepcional. Ela está na Delegacia de Mulheres e também ali trata da violência doméstica. Ela teve uma ideia que venho apurando, ao longo desses meses, para trazer para dentro desse projeto. Ela criou ali na delegacia um ambiente para que, quando a criança tivesse que ser ouvida, não se sentisse acuada, com medo de falar dos maus-tratos que vinha sofrendo. Foram colocados ali pinturas e alguns brinquedos, e a criança chegava ao ambiente e se sentia tão natural, imaginava que ali era um parquinho, que automaticamente tinha tranquilidade para falar dos maus-tratos que ela vinha sofrendo em casa. Esse trabalho da Dra. Stefânia, em Sete Lagoas, conseguiu trazer um resultado muito importante na área de violência contra essas crianças e adolescentes, e é o que nós também estamos propondo nesse projeto. Mesmo sabendo das dificuldades e da estrutura dessas delegacias da Polícia Civil, nós queremos implementar uma forma, pelo menos a ideia, para que depois saia do papel, e nós, deputados, inclusive com emendas parlamentares, possamos ajudar a pintar essas delegacias e levar brinquedos para lá, para que, quando a criança estiver sendo ouvida ali, ela se sinta num ambiente familiar e tenha a tranquilidade de falar dos maus-tratos que vem sofrendo.

Esse trabalho é muito mais complexo do que se imagina, mas também não há mais tempo para a gente continuar caminhando como está, porque, se a violência cresce tanto contra as nossas crianças, não é só o sistema que é falho, mas também talvez a forma de se combater a violência e preveni-la. Por isso que a nossa ideia é buscar opiniões de pessoas que entendam do assunto, colocar isso... Podemos aperfeiçoar ainda mais esse projeto, e Minas pode ser um Estado pioneiro nessa proteção à criança e ao adolescente. Queremos também que, logo que for detectado que essa criança ou esse adolescente vem sofrendo maus-tratos, haja ali a disponibilidade de um profissional de psicologia, para que ela tenha esse amparo e não tenha um trauma maior, principalmente para que, quando chegar à fase adulta, não se transforme, às vezes, também num agressor.

Acredito que esse projeto pode realmente ser muito eficaz na proteção das nossas crianças. Eu posso dizer que estou muito assustado com os números durante essa pandemia. Também o fato de muitas pessoas que estão ali, ao redor daquela casa, onde a criança vem sendo agredida, violentada, não saberem o que está se passando faz com que os vizinhos, muitas vezes, não tenham também a possibilidade de denunciar. Aqueles que estão dentro de casa, às vezes, já se acostumaram, se anestesiaram com aquele tipo

de violência e imaginam que é normal que uma criança esteja sendo agredida e violentada. O que nós queremos com esse projeto é realmente trazer a sociedade não somente para um debate, mas também para ações que evitem que as nossas crianças continuem a ser abusadas, continuem a ser maltratadas dentro de casa, como nós estamos assistindo.

Acredito também que esse projeto possa se transformar numa extensão boa para a educação. A criança bem cuidada dentro de casa representa na escola a extensão de um lar que vem cuidando dela, dando a essa criança a educação. E os professores, que na maioria das vezes estão tendo até que ensinar aos filhos dos outros como serem cidadãos de bem, terão espaço para levar realmente um conhecimento lúdico, algo que é importante para a formação do caráter da criança.

Então, quero pedir a atenção desta Casa para que esse Projeto nº 2.685, de nossa autoria, caminhe, para que as nossas crianças, aqui do Estado de Minas Gerais, tenham esse amparo e tenham, sem dúvida, um novo futuro, porque o que nós estamos acompanhando, até então, é o fato de as nossas crianças serem assassinadas até dentro de escola; para que a sociedade entenda o quanto é importante preservar esses seres, dar realmente a atenção merecida e formar ali uma personalidade que no futuro poderá contribuir com respeito, com dignidade, porque, numa sociedade organizada, todos têm que respeitar o seu espaço. Se nós deixamos que nossas crianças sejam abusadas e violentadas como vem acontecendo, infelizmente teremos, no futuro, um Estado ainda mais violento, porque se a criança não se sente amparada, dentro da sua própria casa por seus pais, por aqueles que estão ali agredindo-as, dificilmente, no futuro, vão querer respeitar outro cidadão. É o que eu tenho para hoje, Sr. Presidente.

Deixo aqui também só mais uma questão que tem me deixado muito ansioso – imagino que o deputado Cleitinho também esteja lá, em Divinópolis: o projeto da Vale, que está nesta Casa. Tomara que, muito em breve, os hospitais regionais possam sair do papel, pois há uma expectativa enorme. O hospital de Sete Lagoas é um hospital que vai atender toda a nossa macrorregião. Ali nós teremos a solução de um problema de assistência, principalmente neste momento em que precisamos de mais leitos de UTIs, quando isso vem realmente sendo um dificultador.

Deixo aqui um alerta. É claro que não são todos, mas, durante a pandemia, alguns gestores se aproveitaram, sim, do valor da pandemia para investir dinheiro em outro lugar, principalmente pensando em reeleição. Aquelas grandes cidades que receberam valores robustos, muitas delas tiveram problema, sim, com a gestão do valor da Covid. E, hoje, muito me assusta, deputado Carlos Henrique, quando eu escuto alguns personagens da política dizendo: “Nós precisamos de mais dinheiro para criar leito de UTI”. Mas o dinheiro, inclusive no ano passado, foi muito para isso. Havia o dinheiro para a construção desses leitos, e eu ouvia alguns gestores, inclusive da saúde, dizendo: “Ah, mas eu não vou criar leito de UTI, neste momento, porque não há necessidade”. Mas, quando o Ministério da Saúde falava desse aumento de leitos de UTIs não quer dizer que era para eles funcionarem imediatamente. Seria criada a estrutura, deixando-a pronta e, se houvesse necessidade em relação à falta de assistência, esses leitos funcionariam.

Então, é um assunto que realmente merece toda a atenção. E eu vejo isso em várias prefeituras aonde chegou muito dinheiro, mas que foi gasto com outra coisa. E quem vem sofrendo neste momento são principalmente os municípios de menor porte. Aqueles que não são gestão plena da saúde, que não são referência e que têm a pactuação com cidades grandes estão tendo que esperar na fila para que seu leito de UTI ou de CTI seja liberado. E um grande absurdo: a pactuação já foi realizada há anos. Esses municípios grandes receberam o dinheiro, colocaram-no em outro lugar, e hoje há cidadão que está morrendo dentro de ambulância porque a sua vaga é negada, sendo que isso já foi pago. É o que eu tenho para hoje. Deixo uma boa tarde ao povo mineiro. Obrigado.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero lembrar que nós estamos na Semana Nacional dos Museus, uma semana dedicada à museologia. É uma ciência que, muitas vezes, não é tão compreendida como deveria. Museu é cultura, é história, mas museu não é sinônimo de coisas mortas, coisas antigas, coisas passadas. O museu é um instrumento proativo de conhecimento e de pesquisa. A museologia, portanto, é uma ciência, como tantas outras, que também desenvolve pesquisa, conhecimento e tecnologia.

Faço aqui, portanto, uma saudação a todos os museólogos, a todos os museus deste país, em nome do Museu da Cachaça, o museu lá de Salinas, Minas Gerais, minha querida Salinas. Mando um abraço muito especial ao seu diretor, o Marcelo. Ali mostra em todos os aspectos do conhecimento, da produção e da nossa cultura. Cabe o museu, cabe o conhecimento, cabe desenvolver o orgulho daquilo que é produzido, e produzido adequadamente. É através desse museu que se preservam os conhecimentos e, sobretudo, levam o conhecimento adequado não só sobre a qualidade da aguardente ali produzida, que é um patrimônio nosso, de Minas Gerais, mas também leva até um conhecimento sobre o consumo, um consumo adequado que deve ser feito. Portanto, fica aqui a minha saudação a Salinas, através do Marcelo, através do Museu da Cachaça. Fica aqui também ao prefeito Kinca o meu abraço neste momento em que se comemora a semana dos museus.

Mas vou dedicar meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, a uma questão que tem ocupado sempre as preocupações – e seguramente as preocupações nossas aqui, em Minas Gerais –, que é a questão da mineração. Todos sabem que nós sofremos duas tragédias, dois crimes hediondos aqui em nosso estado em curto espaço de tempo. Mas não foram os únicos, outros também houve no passado com graves consequências ambientais e humanas. E, para surpresa nossa, ouvimos no noticiário de hoje que há ainda, em Brumadinho, uma empresa em risco número um, ou melhor, três represas de uma mesma empresa, da Emicon, que estão sob risco e sem haver o monitoramento adequado.

Urge, portanto, uma atitude severa e sobretudo eficaz para combater esses abusos, até porque nós precisamos – e aí é o outro lado do meu pronunciamento – desenvolver a mineração sustentável, a mineração adequada. Não faço parte daqueles que acham que toda mineração é criminosa. De forma alguma. Não acho que toda mineração é pecaminosa. De maneira alguma. Aliás, nós estamos em Minas Gerais, um Estado por excelência da mineração. Mesmo na região dos campos gerais, ali no Norte de Minas, nós temos riquíssimas reservas minerais, inclusive de minério de ferro, sem contar em todo o Vale de Jequitinhonha de pedras preciosas e semipreciosas. Isso faz parte do nosso estado. Até o nosso santo aqui de Belo Horizonte, o Pe. Eustáquio, o beato, quase santo – para nós, Santo Eustáquio –, era minerador. É bom lembrar isso. Ele fazia uma mineração adequada, ele próprio minerava nas áreas da igreja, abençoava a mineração, abençoava os mineradores que ele autorizava na área da igreja e abençoava os garimpeiros e aqueles que eles autorizavam ali que, com suas bênçãos, logravam êxito também na sua tarefa.

Portanto, é possível a mineração, que tenha um dobramento social, que tenha um desdobramento econômico, impulsionar o desenvolvimento, mas que, simultaneamente, defenda o meio ambiente, inclusive produzindo recursos para recuperação das minerações feitas, quando o conhecimento era precário a respeito do meio ambiente ou a fiscalização não era adequada ou por ganância daqueles que a praticavam.

Já tenho aqui mais de uma vez defendido uma tese que muitos consideram radical, mas que considero uma tese adequada, que num ambiente feito o Quadrilátero Ferrífero de Minas, a mineração não podia jamais ser entregue para empresa quase oligopolista ou monopolista, feito a Vale do Rio Doce, que teria o controle dessas reservas a seu bel-prazer. Isso é um equívoco. As reservas minerais aqui, ao lado daquilo que está sendo cobrado corretamente como contrapartida, como penalidade, como multa e uma série de origens desses recursos deveria vir junto também a cassação do direito minerário para que se constituísse – aí sim – uma chamada ao mercado. O governo do Estado teria o controle de uma mineradora poderosa que tivesse uma sensibilidade social muito maior. Não falo em reestatizar a Vale, não. Seria tomar de volta para o poder público aquilo que pertence ao povo, que é o direito minerário, que é o subsolo. E aqui, onde há uma mistura, um amálgama entre meio ambiente, recursos hídricos, patrimônio histórico, mata atlântica e, sobretudo, população, essa total diversidade de elementos, só alguém com sensibilidade social e que priorize a sociedade e o público é que teria condição de minerar adequadamente.

Então, quer dizer que em outras áreas, no Norte do Estado e em outros lugares... Eu saúdo o Ministério Público de Minas Gerais, que vai estabelecer um TAC, um termo de ajustamento de conduta, com a Sul Americana de Metais – SAM – para desenvolver o Norte de Minas, mas espero que a gente faça, na sequência, um TAC também na área de social e não apenas da

segurança e do meio ambiente, não. Devemos buscar todo o potencial da riqueza. Todo esse potencial tem que ter uma contrapartida social também, social forte, para que todos esses movimentos que existem legítimos das populações tradicionais, dos vazanteiros, dos geraizeiros, dos quilombolas, todos esses têm que ser respeitados, têm que ter a sua participação reconhecida nos frutos que deverão advir dessa mineração.

Portanto não é apenas a questão ambiental. É claro que a questão hídrica é fundamental. É bem escolhido o modelo baseado na retenção das águas da represa ali do Vacaria, da recuperação das águas, que é uma região seca e que precisa de água. Portanto a matéria-prima necessária é água, para que se cobre água nova, ou seja, reservatórios novos. Não se pode usar 1 litro sequer da água já disponível. Isso é uma ideia adequada. Mas a mineração tem que ser vista de uma maneira sobretudo social, porque é um patrimônio das pessoas, da população. Não existe nenhuma... Aliás, existe, mas muito pouco. São os manifestos minerários. Mas isso é uma exceção. Não existe nada que não seja feito com os recursos da população, que é o direito minerário, que é o subsolo do nosso país. Portanto devemos seguir o exemplo de um grande ecologista como citei: o santo Eustáquio, que... A cura dele, a paz... É o defensor da saúde e paz. É um santo modernismo, não é? Ele protegia os refugiados internacionais da violência, as populações sofridas no mundo e fazia saúde baseada nas ervas, nos tratamentos fitoterápicos. Além do seu poder espiritual muito forte, ele era um ambientalista, um defensor do meio ambiente e defensor da mineração. Esse é o exemplo que nós devemos seguir.

Eu faço esse pronunciamento aqui movido por esses dois fatos: de um lado, o noticiário dando o risco número um para três represas em Brumadinho; riscos altíssimos de haver novos crimes, novos desabamentos, novas hecatombes. Mesmo que os riscos humanos sejam menores, porque as populações já foram evacuadas, esse risco existe e não pode ser suportado pela população.

Não se pode esperar por dois anos sem nenhuma iniciativa daquelas. E, ao mesmo tempo, estamos às vésperas de um TAC com uma empresa chinesa, a SAM Mineração. Vamos observar esses dois fatos: que esse TAC tenha a profundidade necessária para a proteção do meio ambiente, para a proteção e a segurança, sobretudo a segurança hídrica e a sustentabilidade ambiental; mas, sobretudo, a fiscalização, o controle e os resultados econômicos voltados para a sociedade e, de um modo muito especial, para as populações tradicionais da economia familiar e todos aqueles. Estaremos atentos e proativos para que, na sequência desse TAC a ser firmado agora no próximo dia 24, nós tenhamos também um TAC social para que os controles sejam completos.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas, nosso estado é mineral, por isso temos que defender a mineração saudável, sustentável, humana e socialmente profunda; não vamos apenas tecnicamente aprofundar em nosso solo; vamos aprofundar nas aspirações e direitos do nosso povo. Tenho dito.

O presidente – Muito obrigado, deputado Virgílio Guimarães. Só quero lembrar aos deputados e às deputadas que a Mesa da Assembleia ressalta a necessidade do uso contínuo da máscara e solicita que a utilizem durante todo o período de permanência no Plenário, inclusive quando fizerem uso da palavra. Muito obrigado a todos. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Carlos Henrique.

O deputado Carlos Henrique – Sr. Presidente, senhoras e senhores, o que me traz aqui nesta tarde... Eu entendo que uma das principais vocações desta Casa Legislativa é sempre fomentar políticas públicas visando ao melhor para o povo do Estado de Minas Gerais, principalmente políticas públicas que beneficiam quem mais precisa. E a gente fala daqueles que vivem nas periferias do Estado de Minas Gerais, daqueles que dependem efetivamente do bom andamento e da boa prestação do serviço público de qualidade. Eu venho aqui nesta tarde falar sobre o crédito suplementar do acordo da Vale. Municípios e regiões pobres do Estado demandam e precisam muito que esse projeto seja avaliado e aprovado pelo conjunto de deputados e deputadas desta Casa. Isso requer uma urgência muito grande porque, a cada dia em que esse projeto não é avaliado e conseqüentemente aprovado por esta Casa, a gente está falando de prejuízo muito grande – muito grande – na vida do povo mineiro.

Nós estamos vivendo um momento de pandemia, uma situação jamais vista na história deste estado; nós estamos vivenciando, na ponta, desemprego, fome, miséria, violência doméstica, abuso sexual de crianças e adolescentes dentro de casa – tudo

isso era previsível; nós estamos vivenciando situações de desespero no contexto de sociedade. E nós temos R\$11.000.000.000,00 para serem aprovados nesta Casa, da compensação do acordo com a Vale. Nós estamos falando aqui da recuperação de cinco hospitais regionais. Nós estamos falando aqui da preservação de vidas. Nós estamos falando aqui da melhor assistência à população na área da saúde. Pessoas estão morrendo, continuam morrendo por falta de assistência, de leitos de UTI, de assistência de qualidade na área da saúde pública. Dentre esses hospitais, dos cinco hospitais regionais, nós temos o hospital de Teófilo Otôni, que, do meu ponto de vista, é a prioridade das prioridades, pelo contexto regional socioeconômico onde ele está implementado: Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

As manifestações públicas já estão se organizando. As entidades organizacionais estão se organizando. As entidades organizacionais estão fazendo pressão sobre esta Casa, que tão bem tem feito à população nos últimos tempos. Tantas pautas positivas esta Casa tem aprovado nesse período de pandemia. Nós não podemos adiar essa discussão, que é a mais importante de todas as que estamos fazendo aqui e daquelas que nós já tão bem temos aprovado, apresentando resultados para a população mineira.

Recentemente o projeto aprovado de R\$600,00, valor que será pago agora em agosto, foi uma importante iniciativa do presidente desta Casa, e o apoio do conjunto de deputados e deputadas foi muito importante, relevante. Mas nada se compara a nós, ao governo de Minas, aprovado e apoiado por esta Casa, entregarmos os cinco hospitais regionais deste Estado. Nós estamos falando da reforma de escolas públicas. Nós estamos falando de 26 cidades que foram atingidas pelo rompimento da barragem. Nós estamos falando aqui da construção e recuperação de unidades básicas de saúde, de estradas. Nós estamos falando de infraestrutura. É o sonho de todos os mineiros ver este estado melhorando, crescendo, desenvolvendo e fazendo com que para esse, que não foi acidente, que foi um crime, haja a compensação devida, que já está acontecendo. Não podemos, no contexto desta Casa, carregar nas nossas costas a responsabilidade do adiamento de uma decisão tão importante para este estado. Tão importante!

A população está clamando; a população está reivindicando; a população está confiando na atuação dos deputados desta Casa. E eu venho aqui pedir encarecidamente à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; venho conclamar a sensibilidade do nosso grande, querido líder e presidente desta Casa, deputado Agostinho Patrus, que tão brilhantemente tem conduzido os trabalhos desta Casa; venho apelar ao Colégio de Líderes, apelar aos partidos políticos desta Casa para que a gente deixe de lado discussões políticas ou eleições do próximo ano. Deixem isso de contexto de lado! Isso não é mais importante neste momento. O mais importante neste momento é que nós possamos continuar a fazer o tão brilhante serviço que esta Casa vem fazendo nesse período de pandemia, com tantas propostas, com tantos projetos de lei, com tantas discussões relevantes nesta Casa.

Tivemos a CPI da Vale que foi aqui instalada e tão brilhantemente conduzida pelos deputados que a compunham; os projetos de leis aprovados em regime de urgência, neste período de pandemia, por esta Casa, pelo conjunto de deputados; e a gente, agora, tendo a grande oportunidade de efetivamente tornar sonhos em realidade, fazer com que as decisões desta Casa possam reverberar num contexto político e social de grande importância para Minas e para os mineiros.

Eu acredito muito que os mineiros confiam no trabalho desta Casa. Eu acredito que os mineiros esperam, na maior brevidade possível, que nós possamos aprovar esse projeto do crédito suplementar do acordo com a Vale, que é uma justiça. Está-se reparando uma injustiça. Estão sendo reparados crimes cometidos. Nada se compara às mais de 270 vidas que se foram; nada se compara às vidas perdidas; nada. Qualquer investimento feito não trará aquelas pessoas de volta, mas é o mínimo que se pode fazer neste momento, para minimizar a dor dos familiares que perderam seus entes queridos, o impacto ambiental ocasionado pelo rompimento da barragem da Vale, os diversos prejuízos que essa ocorrência trouxe para o Estado de Minas Gerais, do ponto de vista ambiental, de vidas, do ponto de vista socioeconômico, do ponto de vista do equilíbrio fiscal das contas do Estado de Minas Gerais, que também foi muito prejudicado e atingido.

Eu não estou preocupado com a eleição de 2022; se nós não votamos isso na maior brevidade de tempo possível, alguém está ganhando com isso. Alguém perde e alguém ganha, e quem mais perde é o povo de Minas Gerais, quem mais perde é a população

pobre, quem mais perde são os menos assistidos, quem mais perde são aqueles que precisam e dependem das políticas públicas do governo do Estado de Minas Gerais. Então, para eles e por eles, nós devemos, de forma urgente, apreciar e avaliar, no Plenário desta Casa, esse projeto de lei do crédito suplementar do acordo da Vale de R\$11.000.000.000,00. Eu tenho certeza de que o conjunto de deputados traz em si a sensibilidade social, a sensibilidade do drama que o nosso povo está vivendo, do impacto causado na vida das pessoas, com escolas sem alunos, crianças que estão sendo violentadas, diversas pessoas que estão sofrendo nesta pandemia, homens desempregados e endividados e que não têm o que colocar dentro de casa. A gente está falando aqui de crescimento econômico também, de geração de emprego.

Deputado Cleitinho, que, de forma tão brilhante e corajosa, defende que se corrijam as injustiças, que denuncia tantas ocorrências absurdas por má gestão do serviço público, do erário, o que V. Exa. faz é o que deve ser feito mesmo: apontar os problemas, para que, por meio deles, encontrem-se as soluções. E é o que nós estamos fazendo neste momento. Há um grande problema no Estado de Minas Gerais, e a solução está no conjunto de deputados e deputadas desta Casa.

Essas são as minhas palavras, Sr. Presidente. Eu lhe agradeço muitíssimo o tempo que me foi dado.

O deputado Bosco – Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Antonio Carlos Arantes, na pessoa de quem cumprimento todos os deputados aqui presentes neste Plenário e todos os deputados e as deputadas que participam desta nossa reunião de forma on-line, de forma remota. Quero saudar também todos os nossos telespectadores que nos acompanham através da TV Assembleia por toda Minas Gerais afora e também os internautas que nos acompanham através das redes sociais da Assembleia de Minas Gerais. Quero fazer aqui também uma saudação aos vereadores Marcelo, Flávio, o Flávio Babu, que estão no nosso gabinete. São vereadores lá da nossa querida cidade de João Pinheiro que vieram nos visitar e ao mesmo tempo trazer até o nosso gabinete, trazer até a esta Casa vários pleitos importantes daquela cidade. É uma cidade pela qual a gente tem um carinho e temos a satisfação de poder representar aqui junto à Assembleia de Minas Gerais.

Caro presidente, caros deputados Dalmo Ribeiro e Carlos Henrique, antes de entrar no assunto que eu fiz questão de pautar para essa tarde, quero aqui também fazer coro às palavras do deputado que me antecedeu nessa tribuna, o deputado Carlos Henrique. A Assembleia de Minas Gerais, sem dúvida alguma, saiu na frente, caro deputado Cleitinho, com relação a todas as outras Assembleia de todos os outros estados, aprovando, propondo medidas importantes, sobretudo no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Aqui votamos leis, criamos leis importantes que estão hoje ajudando sobremaneira o governo do Estado, ajudando as prefeituras a combater esse mal maior que infelizmente persiste, persiste ainda a ceifar a vida de milhares e milhares de pessoas. E quero aqui ressaltar o último projeto idealizado pelo nosso presidente Agostinho Patrus, que contou com a participação efetiva de todos nós, deputados, que é o projeto Recomeça Minas, que vai propiciar a inúmeras famílias de Minas Gerais apoio financeiro por parte do governo do Estado para a sua sustentabilidade. Nós sabemos que muitas são as famílias que hoje acordaram sem local para trabalhar e vão fechar o dia hoje sem saber o que comer, porque esta é a verdade: sem trabalho e sem alimento. Portanto, eu entendo, caro presidente, colegas deputados e deputadas, que esse projeto, idealizado por esta Casa, sob o comando do nosso presidente Agostinho Patrus e com o apoio do governo do Estado, vai de fato atender mais de um milhão de famílias.

Ele também vai ter uma perspectiva para aqueles empreendedores, comerciantes, donos de hotéis, de bares, que estão hoje com os seus negócios fechados, em virtude da pandemia, e sem a menor perspectiva de reabrir estabelecimentos comerciais, porque todos os recursos, todas as reservas que esses empreendedores, pequenos, médios e grandes tinham já foram gastas na urgência de tentar manter as portas abertas e manter os seus servidores, lamentavelmente, aqui em Belo Horizonte, na região metropolitana. E não é diferente nos nossos municípios, e falo aqui das regiões e das cidades que eu represento, que são milhares e milhares de portas fechadas, lamentavelmente com a placa de “aluga-se”, “aluga-se”, “aluga-se”. Isso, sem dúvida alguma, não reflete tão somente na vida desses empreendedores, desses comerciantes, mas reflete, sobremaneira e de forma negativa, na questão da economia do nosso estado e do nosso país.

E esse programa Recomeça Minas, que vai imprimir, vai oferecer essa possibilidade através da renegociação das dívidas com o Estado. Aquelas empresas que não têm condições de acertarem as suas dívidas com o Estado o farão de uma forma mais amena. Isso vai fazer com que o Estado possa ter mais recurso para poder ajudar esses que precisam mais neste momento. E, aí fazendo menção ao que foi dito aqui pelo deputado Carlos Henrique, esse projeto que está tramitando na Casa e que também está sendo cuidado com muito zelo, avaliado, analisado por todas as comissões, por todos os parlamentares desta Casa, que são os recursos advindos da Vale, perfazendo mais de R\$36.000.000.000,00, R\$37.000.000.000,00. No caso do projeto em tela, o projeto que está nesta Casa é de R\$11.000.000.000,00, e possibilitará ao governo do Estado a retomada e a conclusão de cinco hospitais regionais. Isso é de extrema importância, principalmente num momento de pandemia.

Esse recurso nós sabemos que vai possibilitar também ao governo promover a recuperação de rodovias que estão intransitáveis em nosso estado, e faço menção de várias aqui da região do Triângulo Sul, do Triângulo Norte, do Alto Paranaíba. São rodovias que estão sucateadas, e não é de agora, não. Não é de agora deste governo, não, isso já vem, há anos e mais anos, de outros mandatos sem receber recurso para a recuperação devida dessas rodovias, que hoje são de responsabilidade do DER, e que têm agora uma perspectiva de serem recuperadas, quem sabe não na totalidade, mas em parte, o que vai realmente melhorar a vida também daqueles que dependem dessas rodovias para o escoamento da produção. E sem dizer, deputado Carlos Henrique, dos altos índices de acidentes que estão acontecendo diariamente nessas rodovias devido à precariedade delas, a exemplo da MG-255, dentre várias outras.

Então nós precisamos dar celeridade à apreciação e à aprovação desse projeto para que nós possamos conferir ao governo do Estado essa condição de poder avançar e usar esse recurso da melhor forma possível, como nós temos certeza de que será usado. Então fica aí também essa nossa colocação. Eu tenho certeza de que, pela sensibilidade e pela liderança do nosso presidente Agostinho Patrus, isso vai acontecer com a maior brevidade possível.

Mas, caro presidente Antonio Carlos Arantes e caros deputados, o que me traz também a esta tribuna, no dia de hoje, é uma preocupação muito grande com o setor produtivo que tem segurado e assegurado a economia deste nosso estado e deste nosso país e que é o segmento do agronegócio, em especial, aqui, da agricultura e da agropecuária. E nós sabemos que esse setor movimenta a economia do Estado e do País, mas também promove uma movimentação muito grande, caro presidente, na geração de emprego, de mão de obra, porque são milhares e milhares e milhares de trabalhadores rurais que diariamente estão se deslocando das suas cidades, das suas residências, para ir para o setor rural, para poder prestar aquele serviço tão precioso e importante no dia a dia.

Daí chegam até nós várias manifestações, grandes preocupações com relação ao Decreto nº 48.121, que é o decreto que disciplina a autorização para prestação de serviço de transporte de passageiro não aberto ao público, caracterizado como fretamento contínuo ou eventual. E esse decreto que regulamenta esse transporte, no seu art. 2º, inciso X, diz o seguinte: “Veículo de aluguel: veículo automotor de transporte coletivo de passageiros, detentor de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, na categoria aluguel, projetado e construído com a finalidade exclusiva de transporte de pessoas, dotado de corredor interno para circulação, com até 15 anos de uso, contados a partir da data de fabricação do veículo constante no CRLV”. Ou seja, esse inciso do art. 2º do Decreto nº 48.121 proíbe a prestação desse serviço de transporte de passageiro, de ônibus, de veículos de passageiro tipo ônibus, com idade superior a 15 anos, e a maioria dos ônibus que prestam esse serviço, sobretudo o transporte dos trabalhadores rurais, são ônibus que ultrapassam essa idade, mas que detêm toda a situação de segurança de acordo com as inspeções que são realizadas semestralmente. E é um transporte diferenciado, porque esses ônibus trafegam dentro das propriedades rurais, dentro das lavouras, em situações adversas. Então são ônibus realmente adequados para esse tipo de serviço. E o impedimento, a partir de agosto, de acordo com esse decreto, vai significar a paralisação da prestação de serviço, sobretudo de serviços rurais.

Então nós temos uma preocupação muito grande com relação a isso. Temos recebido inúmeros prefeitos, vereadores, prestadores de serviço, produtores rurais, do Alto Paranaíba, do Triângulo Mineiro, do Noroeste mineiro, que vieram – muitos deles

pessoalmente – manifestar essa grande preocupação. E, para tanto, nós estamos aqui, então, solicitando ao nosso governador Romeu Zema, ao nosso secretário de Infraestrutura, Fernando Marcato, que realmente eles possam rever, de forma rápida, breve, esse decreto e possam alterar, mudar este inciso X do art. 2º, para tranquilizar a classe dos trabalhadores e prestadores de serviço do transporte, sobretudo, de trabalhadores rurais. E eu tenho certeza, caro deputado Cleitinho, de que, com a sensibilidade do nosso governador e do nosso secretário Fernando Marcato e com o apoio do nosso secretário de Governo, Igor Eto, nós haveremos de ter uma reavaliação desse decreto e uma mudança, nesse sentido, dos transportes de passageiros em Minas Gerais.

É o que eu tinha, Sr. Presidente. Agradecemos a todos a oportunidade e, se Deus quiser, em breve, estaremos aqui trazendo assuntos também importantes que são peculiares do nosso dia a dia, do nosso trabalho nesta Casa.

O deputado Cleitinho Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde todos os deputados e deputadas, servidores desta Casa e população mineira que está assistindo a gente pela TV Assembleia.

Venho aqui e vou subir aqui enquanto não votarem esse acordo da Vale. Estou sendo questionado por todo o Estado de Minas Gerais. Como atuo em todas as regiões, toda hora chega alguma mensagem para mim, na minha caixa de *e-mail*, no meu *WhatsApp*, no meu gabinete. A prefeita ali na porta da Assembleia estava perguntando quando a gente vai votar esse acordo da Vale. A gente está falando aqui que o governador, se não me engano, em fevereiro, esteve na Assembleia e fez uma celebração desse acordo da Vale; e, até agora, a gente não conseguiu votar esse acordo. Deixo bem claro para algumas pessoas entenderem: eu não sou base, porque acho que base é puxa-saco, que está querendo alguma coisa em troca; não sou oposição, porque oposição acaba querendo dividir para conquistar. Eu acho que todo político tem que ser independente, e o político tem que se preocupar é com o povo, tem que estar aqui para subir nesta tribuna e representar a população mineira. Então, estarei sempre independente.

Queria fazer uma reflexão para os políticos, porque não tem condição, numa situação dessa, de até quem é oposição querer fazer oposição em cima desse acordo da Vale, não; não tem condição, não dá para entender o que está acontecendo aqui nesta Casa. A imprensa, por quem a gente tem o maior respeito, já está anunciando aqui, perguntando por que os deputados não querem votar esse projeto. Usou “deputados”, então estou subindo aqui para falar que eu quero votar. Se algum deputado estiver assistindo ou estiver aqui na Casa e quiser usar aparte para falar por que não quer votar, que é contra o acordo da Vale, que venha aqui. Eu duvido que alguém vai ficar a favor da Vale, vai ficar de joelho para a Vale. A Vale fez o que fez aqui no Estado, e a gente vai passar a mão na cabeça da Vale, gente? Pelo contrário, a gente tem que fazer a Vale pagar mais e não só R\$37.000.000.000,00, não. Para a gente aprovar aqui, são R\$11.000.000.000,00; e o Carlos Henrique falou aqui: para hospitais regionais, cinco hospitais regionais – e a gente está passando por uma pandemia; é de suma importância a gente votar esse projeto o mais rápido possível, está faltando leito. Não sei se acontece no telefone ou no *e-mail* de vocês, mas toda hora ouço uma pessoa falando: “Eu preciso de um leito”, “Preciso de uma vaga”, “Preciso disso, preciso daquilo”. Esses hospitais são de suma importância para o nosso estado – e lembrando gente: eles são regionais. Vou dar o exemplo da minha cidade de Divinópolis, mas ele vai contemplar 53 municípios, não está contemplando só Divinópolis, não. É o mesmo caso de Sete Lagoas e de Teófilo Otôni, entenderam?

Então, a gente precisa votar esse acordo. O Carlos aqui, da Mesa diretora, já deixou bem claro que a questão não é da Mesa diretora, não é do nosso presidente. O presidente quer votar. Já conversei com os presidentes algumas vezes, e ele falou para mim: “Cleitinho, eu quero votar”. Então, o que está havendo nesta Casa? Quem não quer deixar votar? Suba aqui, neste Plenário, e fale para nós por que não quer votar. Qual é o problema? É com o Zema? É com a Vale? É com o povo mineiro? É comigo? Acho que um desses acordos vai contemplar Divinópolis, mas não só Divinópolis, são 53 municípios, não é para mim. Graças a Deus, estou aqui como deputado, consigo pagar um plano de saúde para mim e posso usar um hospital particular. Isso é para o povo, porque ele precisa. Então queria aqui uma explicação, porque não tem condição a gente estar aqui falando. Estou nessa ladainha já faz mais de um mês; faz três meses que esse projeto está aqui.



Lembro que a nossa atribuição, gente, é fiscalizar, legislar e representar. Esse projeto é para legislar. É simples: quem não quer votar esse projeto que suba aqui e me dê um posicionamento de que não quer votar um projeto desse que vai beneficiar todo o Estado de Minas Gerais, inclusive vai gerar emprego. A gente está falando de quase 300 mil empregos que vão ser gerados aqui, dentro do Estado de Minas Gerais, com obras, com infraestrutura. O Carlos Henrique já disse, até falou comigo, falou na tribuna que está na Comissão de Fiscalização, cujo presidente, se eu não me engano, é o Hely Tarquínio. Hely Tarquínio, todo mundo aqui, os 76 deputados têm o maior respeito e carinho por você. Então, agiliza isso para a gente, com os membros das comissões. A gente precisa votar esse projeto. A gente precisa dar uma resposta para a imprensa, para a população mineira, para todos. Eu não quero... A imprensa estava falando: “Deputados não entram em acordo para votar o acordo da Vale”.

Eu não sou destes deputados, não; eu não estou no plural, não. Eu estou aqui, já subi aqui várias vezes, já falei que estou apto a votar. Já entendi perfeitamente como é o projeto. Então, cabe a nós, deputados, ter essa sensibilidade, esquecer a oposição. Como o Carlos disse: “Esquecer a eleição no ano que vem, esquecer 2022”. A gente está em 2021, a gente está em plena pandemia. As pessoas precisam de leito, há estradas que estão intransitáveis, não tem como andar. Então, a gente precisa urgentemente votar esse acordo. E o nosso presidente aqui fez um trabalho excepcional durante estes dois anos e continua fazendo, principalmente agora na pandemia. Ele conduziu muito bem esta Casa, com projeto, com ações, que é votar. O nosso líder maior, que é o nosso presidente Agostinho Patrus, quer votar. Então, quem que não quer votar aqui? Poderia subir aqui e falar para mim quem não quer votar? Porque eu quero votar o mais rápido possível.

Então, a gente pede aqui o carinho de todos, de quem está me assistindo também, de quem estiver on-line. Quem quiser usar aparte também fale: “Cleitinho, eu sou a favor; Cleitinho, não sou a favor”. Isso é democrático também. É sim ou não. Eu até acho que deviam acabar com abster-se. Eu acho que quem sobe aqui em cima é para votar “sim” ou “não”. Você tem todo o direito de votar “sim” ou “não”. Se você não quer votar a favor do acordo, vote contra. E existe a justificativa: “Eu quero votar a favor”. Tem a justificativa de que eu quero votar: porque, além de ajudar as famílias, de indenizar as famílias, esse acordo vai ajudar com infraestrutura no Estado de Minas Gerais, com os hospitais regionais. Sem brincadeira, eu acho que já faz um mês que eu estou vindo aqui para falar desse acordo, lembrando que ele está aqui há quase três meses. Vou repetir: faz três meses que está aqui, gente. Então, está na hora de esta Casa dar a resposta para a sociedade, para o Estado de Minas Gerais. A gente não vai ficar de joelhos para a Vale, não; pelo contrário, a gente tem que meter o pé na bunda da Vale. O que a Vale fez aqui, no Estado... Ela explorou o Estado inteiro, fez essas tragédias que fez, que foi crime. Então, agora está na hora... Ela tinha que pagar era mais. Não era só os R\$37.000.000.000,00, não. Ela tinha que pagar era R\$1.000.000.000.000,00 pelo que explora e pelo que tem de lucro. Olhem o que ela teve de lucro no ano passado e neste ano!

Então, não há condição de algum deputado aqui ficar a favor da Vale, não. A gente tem que ficar a favor do povo. Esse acordo aqui não é o Zema. Qualquer outro governador que estivesse lá teria feito o acordo para ficar do lado do povo. Então, vamos esquecer eleição, vamos esquecer essa questão de partido também. Vamos pensar agora exclusivamente no povo, no povo que paga o nosso salário.

O deputado Hely Tarquínio (em aparte) – Deputado Cleitinho, boa tarde. Demais deputados presentes, Sr. Presidente, ontem o projeto de lei do Cleitinho – viu, deputado Cleitinho? – foi votado. As comissões não estavam funcionando porque estavam com os prazos suspensos, mas agora nós já colocamos em votação. Foi votado por unanimidade na nossa comissão e, certamente, agora vai a Plenário.

Agora, o aspecto da Vale, nós estamos aguardando a boa vontade do governo Romeu Zema para tratar dos termos do acordo, não um acordo... É preciso estabelecer um acordo em termos, em regras ou aqueles objetivos e prioridades que têm que ser acordados entre o presidente, a diretoria da Assembleia e os demais deputados, os líderes, para entrar num acordo. Nós temos pressa, mas a pressa também atinge, muitas vezes, a qualidade do acordo para que se faça justiça social, justiça a todo o povo de Minas

Gerais. Nós temos 853 municípios, não posso esquecer, não podemos esquecer de todos eles, porque isso é uma receita... E, se deixasse o governo ia gastar do jeito que ele pensa, mas aqui existe o Poder Legislativo, que não se curva, muitas vezes, aos mandos do Executivo. A boa política é a política do entendimento, de espírito desarmado, de alma inteira. A gente precisa também, muitas vezes, modular as coisas e ter prudência. A prudência é filha da razão. E você ainda nesse entusiasmo... Isso é muito bonito em você, essa autoafirmação, mas ouça o seguinte: experiência vale. E eu penso muito em cada ser humano, eu sei o que é sofrimento humano sob todas as dimensões. Você também sabe, mas vai aprender muito na Assembleia. Quando eu cheguei à Assembleia, não havia três Poderes para mim. Eu só aceitava... A gente estava acostumado só com o Executivo mandar.

E agora, não. Nós temos três Poderes em equilíbrio, um bom entendimento, com a direção do nosso grande Agostinho Patrus, que você falou que está trabalhando. E todos os deputados aí não têm espírito armado, não. Cada um procura representar o seu território, mas nós também não podemos jogar pedra em companheiro assim, não. Eu lhe peço para que você, data venia, com a sua permissão, vamos conversar? Você não me pediu hora nenhum para acelerar, mas eu já acelerei. Está aprovado lá o seu projeto. Agora, o da Vale é uma coisa bem grande, você não pode cobrar de repente assim, não. Você tem que conversar com o presidente da Assembleia e com os demais deputados. E eu lhe aconselho: você é um belo deputado, vai progredir muito, vai galgar posições mais altas, mas vamos devagar com o andor, porque o santo é de barro.

Obrigado – viu? – pela compreensão e por me ouvir. Com humildade, eu quero ser seu companheiro permanente.

O presidente – Muito obrigado, deputado Hely. Deputado Cleitinho, V. Exa. tem 1 minuto.

O deputado Cleitinho Azevedo – Está bom, Sr. Presidente.

Hely, muito obrigado pela resposta. Como você mesmo disse, a gente tem que aprender muito aqui ainda. Graças a Deus, eu quero aprender só as coisas boas e deixo para quem quiser pegar as coisas ruins, não é mesmo?

E com toda humildade do mundo, não sou eu que estou com pressa, não. Quem está com pressa é o povo. Então não faltei com respeito em nenhuma hora com ninguém aqui. Eu só disse que eu quero votar. Como eu, deputado, fui questionado por que eu não votei ainda, eu estou subindo aqui e falando que estou apto para votar. Eu acredito, como você disse aqui, que é a boa vontade do governo e, como eu sei que o Gustavo Correia está no governo agora e está assistindo a gente, o próprio Igor está assistindo, é isso que falta por parte do Estado também, que falta do governo, então, mande para esta Casa, converse, tenha humildade para conversar com o Agostinho. Vamos unir, os Poderes unidos, não é? Por mais que somos independentes, mas sejamos unidos para votar o acordo da Vale.

Porque, sinceramente, não sou eu, Cleitinho, ou o Carlos que está com pressa, não. Quem está com pressa é o povo. Quem está com pressa são pessoas que estão aqui toda hora me ligando e pedindo vaga no hospital e para contemplar cinco hospitais regionais, que estão aqui para a gente autorizar. Já está pronto. A gente está falando desse acordo aqui, tentando acordar desde quando começou o rompimento de Brumadinho. Agora acordou e está aqui nesta Casa, há três meses. Não está aqui há três dias, não. Há três meses está aqui.

Eu sei da minha função, não é? Então eu estudo todo projeto que chega aqui. Inclusive, este eu estou estudando e estou apto a votar, Sr. Presidente. Espero que todos os deputados votem a favor. Muito obrigado.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Esgotado o prazo destinado à 1ª Parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

### Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n°s 8.009/2021, da Comissão de Direitos Humanos, 8.018 e 8.021/2021, da Comissão de Segurança Pública, e 8.023 a 8.025/2021, da Comissão dos Direitos da Mulher. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Agropecuária – aprovação, na 2ª Reunião Extraordinária, em 18/5/2021, dos Requerimentos n°s 7.725/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 7.754/2021, da deputada Leninha, e do Projeto de Lei n° 4.059/2017, do deputado Paulo Guedes; de Assuntos Municipais – aprovação, na 1ª Reunião Extraordinária, em 19/5/2021, dos Requerimentos n°s 4.647 e 4.726/2020, da Comissão de Direitos Humanos, 5.537/2020, do deputado Doutor Paulo, 5.663/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, 5.708/2020, do deputado Carlos Henrique, 6.068/2020, do deputado Celinho Sintrocel, 6.235/2020, do deputado Noraldino Júnior, 6.271/2020, do deputado Gustavo Mitre, 6.283/2020, do deputado Gil Pereira, 6.379 e 6.380/2020, da deputada Andréia de Jesus, 6.645 e 6.647/2020, da Comissão de Administração Pública, 7.133/2020, do deputado Gustavo Santana, 7.757/2021, do deputado Gustavo Mitre, e 7.943/2021, da Comissão do Trabalho; e de Educação – aprovação, na 5ª Reunião Extraordinária, em 19/5/2021, dos Requerimentos n°s 7.721/2021, do deputado Betão, 7.730/2021, da deputada Leninha, 7.738/2021, do deputado Betão, 7.743/2021, da deputada Leninha e do deputado Betão, 7.762/2021, do deputado Marquinho Lemos, e 7.804/2021, do deputado João Vítor Xavier; e rejeição do Requerimento n° 560/2019, do deputado Coronel Sandro (Ciente. Publique-se).

### Questões de Ordem

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Muito obrigado, caríssimo deputado Antonio Carlos Arantes. Cumprimento V. Exa. e quero manifestar a nossa satisfação – e tenho certeza também que é de V. Exa. – para anunciar e agradecer ao BDMG, na pessoa do nosso presidente Sérgio Gusmão, de ter, inclusive, editado ontem um importante edital para ajudar o setor de inovação tecnológica. São R\$20.000.000,00 destinados ao setor das *startups*. E para nós, caríssimo presidente, como autores da lei, é muito importante. Eu e o deputado Antonio Carlos Arantes, há muito tempo, trabalhamos muito nessa lei. Em vários eixos, em que pudemos ouvir de todos os setores, e ela foi sancionada pelo nosso governador. E ontem, o nosso BDMG, com o edital já praticamente publicado, lança a importância de R\$20.000.000,00 para as pequenas e médias empresas, a fim de que possam garantir a inovação tecnológica tão importante para o desenvolvimento e para o enfrentamento dessa pandemia. Então, fica aqui o meu registro, com muita alegria, no meio de tantas dessas questões que estamos vivendo, para agradecer muito ao BDMG por esse importante edital que vai facilitar a vida das nossas empresas no setor tecnológico do Estado de Minas Gerais. Eu quero também, mais uma vez, manifestar a nossa satisfação. O BDMG já tem uma linha de crédito destinada aos nossos municípios. Temos trabalhado muito nessa pauta. Já temos 400 municípios inscritos; e agora foi prorrogado o edital até sexta-feira, último dia para que os municípios possam aderir ao financiamento do BDMG. O BDMG faz parte de cada município. O BDMG, com certeza, é um pilar do desenvolvimento dos municípios em todos os setores, no urbanismo, em construções, em máquinas e, efetivamente, em vários eixos do desenvolvimento de cada município. Então, temos ainda mais R\$300.000.000,00 disponíveis aos nossos municípios. Isso graças à competência de nosso presidente Sérgio Gusmão e a toda a sua diretoria, que foi lançada há pouco tempo. Os prefeitos aderiram, sabem da responsabilidade e da seriedade do BDMG. E hoje, de uma forma totalmente digitalizada, não há necessidade de entregar mais documentos à beira, inclusive, do caixa do BDMG, de protocolo, absolutamente. É um processo ágil, rápido para a liberação de recursos para cada município. Então quero destacar: os municípios ainda que não aderiram ao programa terão nova chance para que possam garantir o seu município nessa linha de crédito tão boa; uma linha que pode realmente oferecer vários eixos do desenvolvimento, quer do projeto urbanista, do saneamento, do maquinário e também do desenvolvimento sustentável. Então, eu faço esse registro com muita satisfação para

agradecer essa linha de crédito ao nosso setor tecnológico, como também o olhar que tem o BDMG numa parceria muito forte com os nossos municípios, com as nossas microempresas, ajudando cada dia mais. Neste momento em que o BDMG presta os seus relevantes serviços, eu acredito que será realmente um passo importante para que cada município também possa continuar a ser parceiro do BDMG. Para isso, caro prefeito, cara prefeita, sexta-feira é o último dia para que o seu município possa aderir a essa linha de crédito benéfica a todo o desenvolvimento do nosso estado. Quero parabenizar o governador Zema, pela sua lucidez – é assim que é importante: ajudando os municípios, que são a célula *mater* da sociedade – e o nosso presidente Sérgio Gusmão, pela sua dedicação, e a toda a diretoria do banco, tão respeitada, e a todos os servidores, para que possam, com certeza, encaminhar os projetos dos municípios. Com certeza novos investimentos serão feitos para Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Bartô – Presidente, muito obrigado. Hoje eu vim aqui para poder pedir aos nossos ilustres colegas deputados – a todos eles –, uma vez que praticamente todos assinaram aí também a PEC, considerando o volume mínimo de águas em Furnas e Peixoto, para que a gente possa dar andamento a essa pauta. Hoje esse mínimo não está sendo respeitado e há de se fazer que seja respeitado. Assim, presidente, fiz um requerimento, logo mais, junto com o Professor Cleiton. Já o disponibilizamos no Silegis para que todos os colegas possam assinar também um pedido de providência, a fim de que o poder máximo de Minas Gerais – o senhor governador Romeu Zema – possa oficializar a Agência Nacional de Águas e Saneamento, bem como o Ministério do Desenvolvimento Regional, para que esse mínimo aprovado aqui, neste mesmo Plenário, seja respeitado e, assim, que as águas tenham as suas múltiplas funções e que possam novamente trazer alegria aí a todo o Sul de Minas Gerais. Obrigado, presidente. Conto com o apoio de todos os nossos colegas deputados que já assinaram e que poderão agora, mais uma vez, contribuir para que esse projeto vá em frente. Obrigado.

#### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 20, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia anterior.). Levanta-se a reunião.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2021

Às 10h36min, comparecem à reunião os deputados Professor Irineu, Bosco e Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também as deputadas Rosângela Reis e Beatriz Cerqueira e os deputados Marquinho Lemos, Inácio Franco, Professor Wendel Mesquita e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente *ad hoc*, deputado Bosco, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da comissão nessa sessão legislativa. A presidência informa que a reunião se destina a eleger presidente e vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Bosco para presidente. Submetido à votação nominal, é eleito, por unanimidade, o deputado Bosco como presidente. O presidente eleito, deputado Bosco, passa a condução dos trabalhos ao deputado Marquinho Lemos, que declara empossado como presidente o deputado Bosco. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros para a reunião extraordinária do dia 4/3/2021, às 16h45min, com a finalidade de eleger o vice-presidente da comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de março de 2021.

Bosco, presidente.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/3/2021**

Às 16h49min, comparecem à reunião os deputados Bosco, Cristiano Silveira e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Zé Reis. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel Mesquita, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o vice-presidente. Registra-se a candidatura do deputado Professor Wendel Mesquita para o cargo de vice-presidente. Após votação nominal, é eleito, por unanimidade, o deputado Professor Wendel Mesquita para o cargo de vice-presidente. O deputado Professor Wendel Mesquita passa a direção dos trabalhos para o deputado Bosco. O deputado Bosco declara empossado como vice-presidente o deputado Professor Wendel Mesquita. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2021.

Bosco, presidente.

**ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/5/2021**

Às 9h34min, comparecem à reunião os deputados Marquinho Lemos, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Doutor Jean Freire e Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Marquinho Lemos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (4/12/2020); Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, secretária de Estado de Desenvolvimento Social (4/12/2020); Vilma Lúcia Macagnan Carvalho, diretora do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (14/11/2020) e dos Srs. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de justiça (12/3/2021); Marcelo da Fonseca, diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam (4/12/2020); Antônio Augusto de Melo Malard, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas (4/12/2020); Carlos Eduardo Tavares de Castro, diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (26/11/2020); Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal (16/10/2020); Sérgio Pessoa de Paula Castro, advogado-geral do Estado (14/11/2020); Elias Brito Junio, assessor do Ministério da Infraestrutura (4/12/2020); Igor Eto, secretário de Estado de Governo (16/4/2021); Paulo Corrêa, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul (12/11/2020); e Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (12/11/2020). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.026/2020, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus e do deputado Betão, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a possível fusão da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais – Emater-MG – com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais – Epamig – e as implicações na prestação de serviços para os agricultores familiares e na vida dos seus funcionários e da população do Estado;

nº 8.547/2021, do deputado Marquinho Lemos, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de regionalização do saneamento básico, conforme apresentada pela Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – a outros estados e às concessionárias de água e esgoto de todo o País;

nº 8.605/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de realização das obras de melhoramentos e a duplicação da Rodovia MG-424, no trecho da LMG-800 localizado entre Confins e Sete Lagoas, e a construção dos contornos de Matozinhos e Prudente de Moraes, com recursos provenientes do acordo do Estado com a empresa Vale;

nº 8.606/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as ações pactuadas pela Fundação Renova e o Ministério Público do Estado com relação à reparação dos danos causados às famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, bem como as ações de recuperação da Bacia do Rio Doce e de apoio aos municípios banhados por sua calha;

nº 8.607/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta da Secretaria de Estado de Educação de municipalização do ensino fundamental nas escolas da rede estadual;

nº 8.608/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de execução dos recursos financeiros para obras de infraestrutura e ações de fortalecimento da gestão municipal nos 26 municípios da calha do Rio Paraopeba, a serem realizadas com recursos provenientes do acordo celebrado com a Vale em decorrência dos crimes ambientais de Brumadinho;

nº 8.609/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de privatização da Cemig;

nº 8.610/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de realização das obras da construção do rodoanel na Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os prazos e projetos a serem executados, bem como os impactos ambientais na região da Várzea das Flores, no Município de Contagem;

nº 8.611/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater as ações e os investimentos do Estado em apoio ao Município de Contagem com relação às obras de contenção das bacias do Córrego do Ferrugem e do Córrego Riacho das Pedras e à construção de unidades habitacionais para realocação das famílias que hoje vivem em áreas de inundação, dado que aproximadamente R\$298 milhões de reais de recursos provenientes do acordo com a Vale serão investidos nas referidas obras;

nº 8.612/2021, dos deputados Professor Cleiton, Virgílio Guimarães e Marquinho Lemos, em que requerem seja realizada audiência pública para debater, juntamente com o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado, o conteúdo do acordo da Vale, fazendo-se um levantamento de todas as informações possíveis, tais como sua forma de execução e as implicações que esse acordo pode ter para o povo mineiro.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2021.

Marquinho Lemos, presidente – Virgílio Guimarães – Professor Cleiton.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DOS FURA-FILAS DA VACINAÇÃO, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/5/2021**

Às 9h10min, comparecem à reunião os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Cássio Soares, Hely Tarquínio, Noraldino Júnior, Repórter Rafael Martins e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Celise Laviola e os deputados Carlos Pimenta, Zé Guilherme, Mauro Tramonte, Fernando Pacheco e Guilherme da Cunha. Havendo

número regimental, o presidente, deputado João Vítor Xavier, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes e determina a anexação das respectivas notas taquigráficas. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, ouvir o Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, ex-secretário adjunto de Estado de Saúde, que prestará depoimento perante a comissão na condição de investigado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Antônio Carlos Pracadá de Souza, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova, encaminhando relatório emitido pela Comissão Especial Covid-19, contendo conclusões parciais quanto ao processo de vacinação para imunização contra o coronavírus nesse município; e Hermes Guerreiro, procurador municipal de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento em Comissão nº 8.486/2021; e três denúncias de cidadãos, encaminhadas pelo e-mail da comissão, em que solicitam apuração sobre casos de fura-filas da vacinação. A presidência registra a presença da Sra. Josely Ramos Pontes, promotora de Justiça de Defesa da Saúde de Belo Horizonte. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa Sr. Luiz Marcelo Cabral Tavares, ex-secretário adjunto de Estado de Saúde, acompanhado do Sr. José Sad Jr., procurador do Estado. A presidência concede a palavra ao convocado, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados membros da comissão, para que façam seus questionamentos. Registra-se a presença da deputada Laura Serrano. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. Estão presentes os deputados João Vítor Xavier, Ulysses Gomes, Hely Tarquínio, Repórter Rafael Martins, Cássio Soares, Roberto Andrade e Zé Guilherme. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.645/2021, dos deputados João Vítor Xavier, Cássio Soares, Ulysses Gomes e Sargento Rodrigues, em que requerem sejam requisitadas à Secretaria de Estado de Saúde, no prazo de cinco dias úteis, cópia dos *e-mails* trocados entre a Sra. Virgínia Cornélio da Silva, ex-assessora-chefe de Comunicação Social da Secretaria de Estado de Saúde, e o secretário de Estado de Saúde, o secretário de Estado Adjunto de Saúde, a Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Saúde e a Subsecretaria de Vigilância em Saúde, no período compreendido entre a publicação do Decreto nº 4.7891, de 20/3/2020, que decretou o estado de calamidade pública no Estado, e a data de sua exoneração;

nº 8.649/2021, dos deputados João Vítor Xavier e Cássio Soares, em que requerem sejam requisitadas à Secretaria de Estado de Saúde – SES – informações, no prazo de 48 horas, sobre o uso de vacinas contra a covid-19 da reserva técnica para a vacinação de servidores da SES, nível central, e da Superintendência Regional de Saúde – SRS – de Belo Horizonte, especificando-se qual a normativa que dispõe sobre a utilização das vacinas da reserva técnica; se a normativa autorizava a SES a fazer uso dessa reserva para vacinar seus próprios servidores; se as vacinas que estavam na reserva técnica e foram utilizadas na vacinação dos servidores da SES, nível central, e da SRS de Belo Horizonte foram faturadas em nome da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e, em caso afirmativo, em qual momento foram faturadas (se antes ou depois da vacinação); se essas vacinas pertenciam à reserva técnica do Município de Belo Horizonte ou se seriam distribuídas para outros municípios caso não fossem utilizadas pela SES.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2021.

João Vítor Xavier, presidente – Ulysses Gomes – Cássio Soares – Roberto Andrade – Noraldino Júnior.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/5/2021**

Às 14h39min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Bernardo Mucida e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º

do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a eleger o vice-presidente da comissão. Registra-se a candidatura do deputado Dalmo Ribeiro Silva. Registra-se a presença do deputado Professor Irineu. Submetido à votação nominal, é eleito, por unanimidade, o deputado Dalmo Ribeiro Silva. O presidente, deputado Thiago Cota, declara empossado como vice-presidente o deputado Dalmo Ribeiro Silva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 2021.

Thiago Cota, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Bernardo Mucida – Professor Irineu.

#### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/5/2021**

Às 14h57min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Dalmo Ribeiro Silva, Bernardo Mucida e Professor Irineu, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Marina Araújo Teixeira, assistente da Advocacia-Geral do Estado (16/1/2021 – 2); Flávia Lopes, assessora de Relações Institucionais da Polícia Militar de Minas Gerais (26/1/2021); e Maria Luiza Maia Oliveira, presidente interina da Fecomércio-MG (16/4/2021); e dos Srs. Maurilio Guignoni Dutra, chefe do Departamento de Assuntos Legislativos, Institucionais e Regulatórios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (4/3/2021); Leônidas José de Oliveira, secretário de Estado de Cultura e Turismo (26/1/2021 – 4); Guilherme Augusto Duarte de Faria, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (16/1/2021); Igor Eto, secretário de Estado Governo (26/1/2021); Reynaldo Passanezi Filho, diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais (26/1/2021); e Vanderley Candido de Almeida, presidente da Câmara Municipal de Ouro Fino (16/4/2021). O presidente informa a redistribuição de relatoria das seguintes proposições, das quais são relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.024, 1.830 e 2.035/2015, no 1º turno (deputado Bernardo Mucida); Projetos de Lei nºs 4.869/2017, no 2º turno, 744, 1.327, 1.604, 2.358 e 2.930/2015 e 292/2019, no 1º turno (deputado Dalmo Ribeiro Silva); Projetos de Lei nºs 950, 1.055, 1.242 e 2.122/2015, 3.320/2016, 4.878/2017 e 1.027/2019, no 1º turno (deputado Fábio Avelar de Oliveira); Projetos de Lei nºs 709, 944, 1.353, 1.423 e 2.556/2015, 3.644/2016 e 40/2019, no 1º turno (deputado Professor Irineu); Projetos de Lei nºs 2.216 e 3.102/2015, 4.444/2017, 325 e 809/2019, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 1.338/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.014/2020, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Queijo Reinaldo da Canastra pelo primeiro lugar no Concurso Estadual do Queijo Minas Artesanal, edição especial 300 anos de Minas Gerais, realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG;

nº 8.148/2021, do deputado Celinho Sintrocél, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social para debater a situação da cadeia produtiva do setor têxtil em Minas Gerais;

nº 8.676/2021, dos deputados Professor Irineu, Dalmo Ribeiro Silva, Thiago Cota e Bernardo Mucida, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos econômicos, em decorrência da pandemia da covid-19, nos setores artísticos, culturais e de eventos;



nº 8.678/2021, dos deputados Professor Irineu, Dalmo Ribeiro Silva, Thiago Cota e Bernardo Mucida, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o projeto P7 Criativo, espaço multiúso localizado em Belo Horizonte, e que abrigará *startups* e empresas do setor de economia criativa;

nº 8.679/2021, dos deputados Professor Irineu, Dalmo Ribeiro Silva, Thiago Cota e Bernardo Mucida, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, para debater com o Sr. Fernando Passaglio, titular da pasta, temas relevantes para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2021.

Thiago Cota, presidente – Dalmo Ribeiro Silva – Bernardo Mucida.



## MANIFESTAÇÃO

### MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, manifestação de congratulações com o Queijo Reinaldo da Canastra pelo primeiro lugar no Concurso Estadual do Queijo Minas Artesanal, edição especial 300 anos de Minas Gerais, realizado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater-MG (Requerimento nº 7.967/2021, da Comissão de Desenvolvimento Econômico).



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 1.497/2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Meio Ambiente requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em cópia integral do processo de licenciamento da Barragem Sul Superior da Mina Gongo Soco, em Barão de Cocais, da Vale S.A.

Sala das Reuniões, 11 de junho de 2019.

Comissão de Meio Ambiente

#### REQUERIMENTO Nº 2.739/2019\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX c/c art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de informações sobre as razões por que a unidade do Corpo de Bombeiros que ficava na estrada da Refinaria Gabriel Passo, no Município de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi desativada.

Sala das Reuniões, 10 de setembro de 2019.

Professor Irineu, vice-presidente da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (PSL).

\* – Publicado na forma aprovada em 20/5/2021, com a Emenda nº 1.

#### REQUERIMENTO Nº 6.056/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre as restrições impostas pela Fhemig à Comunidade São Francisco de Assis, da Colônia de Bambuí, relativas à reforma nas residências dos moradores. Conforme relato feito por um representante, a Fhemig estaria ameaçando os moradores que realizarem reformas sem a autorização prévia, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso dos moradores aos serviços da instituição. Muitas das reformas são urgentes, uma vez que a manutenção da Colônia teria sido negligenciada pelas autoridades competentes.

Sala das Reuniões, 24 de julho de 2020.

Cristiano Silveira, 2º-vice-presidente (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 6.723/2020

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Andréia de Jesus aprovado na 11ª Reunião Extraordinária, realizada em 19/11/2020, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre os boletins de análise da qualidade da água na Bacia do Rio Paraopeba, nos últimos 12 meses, em todas as suas estações de captação e tratamento de água para abastecimento humano e nos demais pontos de observação da bacia.

Por oportuno, informa que a 11ª Reunião Extraordinária teve por finalidade apreciar proposições da Comissão e realizar audiência pública.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2020.

Leninha, presidente da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 7.609/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca da composição tributária incidente sobre os combustíveis no âmbito estadual.

Sala das Reuniões, 27 de março de 2021.

Bruno Engler (PRTB)

**Justificação:** A tributação incidente sobre os combustíveis é muito onerosa para os consumidores e para os contribuintes em geral, principalmente para aqueles que desenvolvem alguma atividade pessoal ou econômica dependente do consumo desses insumos. O elevado valor pago a título de tributos em Minas Gerais, pelos consumidores e pelos contribuintes, repercute diretamente no consumo dos combustíveis. Além disso, o custo elevado dos tributos também dificulta a competitividade, a geração de emprego e renda e o desenvolvimento econômico no Estado. A fim de assegurar à população mineira o devido conhecimento acerca da carga

tributária incidente sobre os combustíveis comercializados no âmbito estadual, conto com o apoio dos pares para a aprovação deste requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 7.659/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O deputado que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado ao presidente da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais, pedido de informações a respeito do cancelamento por parte desta companhia do empreendimento C.H. Ângelo Alves Pereira III, conforme protocolo de cooperação mútua e parceria nº 268/2015, cujo objetivo era a construção de 4 blocos de prédios que abrigariam 64 apartamentos no município Itambacuri.

Sala das Reuniões, 7 de abril de 2021.

Professor Cleiton, vice-líder do Bloco Democracia e Luta e vice-presidente da Comissão de Participação Popular (PSB).

#### REQUERIMENTO Nº 7.798/2021

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos do art. 100, IX, c/c o art. 233, XII, do Regimento Interno, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação – SEE – pedido de informações sobre os dados relativos à distribuição de kits de alimentação aos alunos da rede estadual, adquiridos com recursos da merenda escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), especificando-se: o quantitativo de alunos contemplados pela iniciativa até o momento, quais e quantas escolas obtiveram êxito em realizar de forma integral a distribuição desses kits, e o comparativo do público atendido, antes e depois, da liberação adicional de R\$ 170 milhões, anunciada pela pasta em 02/03/2021.

Sala das Reuniões, 29 de abril de 2021.

Ana Paula Siqueira (Rede)

**Justificação:** No dia 2 de março do corrente ano, a Secretaria de Estado de Educação anunciou a dobra de investimento da contrapartida estadual da merenda escolar, com a liberação adicional no valor de R\$ 170 milhões para alimentação dos estudantes da rede pública estadual, a ser executado ainda no mês de março.

De acordo com as informações da SEE-MG, desde o ano passado a pasta realiza a distribuição de kits de alimentos para todos os alunos da rede pública estadual, e com a determinação do governo de Minas de duplicar os valores estaduais investidos, as ações serão ampliadas, garantindo que os estudantes possam ter acesso à alimentação mesmo durante o período mais restritivo da pandemia.

Contudo, até o momento não foram divulgados os dados relativos à distribuição dos kits realizados pela SEE-MG, no que diz respeito ao quantitativo de alunos contemplados pela iniciativa, bem como quais e quantas escolas conseguiram realizar de forma integral a distribuição desses kits até o momento, sobretudo com o anúncio da dobra de investimentos.

Diante disso, necessário que a Secretaria de Estado de Educação preste o devido esclarecimento sobre o desenvolvimento desta importante medida, que no contexto social de diversas comunidades escolares do nosso Estado, extrapola o papel de complemento alimentar, pois serve para abrandar a fome de muitos alunos carentes.

#### REQUERIMENTO Nº 7.850/2021\*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre as razões do fechamento da Escola Estadual Estevão de Oliveira, localizada em Juiz de Fora, bem como para quais escolas seus alunos foram transferidos.

\* – Publicado na forma do Substitutivo nº 1, aprovado em 20/5/2021.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/5/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Paulo César do Nascimento, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência;

nomeando Antônio Alves da Silva, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Vice-Presidência.

### **TERMO DE CONTRATO Nº 24/2021**

**Número no Siad: 9276538**

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Coopersoli – Cooperativa Solidária dos Recicladores e Grupos Produtivos do Barreiro e Região Ltda. Objeto: doação de material reciclável. Vigência: sessenta meses, a partir da data de assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, XXVII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 10/2020**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Uberaba. Objeto: cooperação técnica entre os partícipes visando a cessão de servidor público municipal para exercício de cargo em comissão no Poder Legislativo Estadual. Vigência: a partir da data de assinatura até o final da 19ª Legislatura.